



APENAS PARA USO OFICIAL

Relatório n.º: PAD5459

BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

EM UMA

EMPRÉSTIMO PROPOSTO

NO MONTANTE DE
EQUIVALENTE A US\$150 MILHÕES

E UMA PROPOSTA DE SUBVENÇÃO DE
A PARCERIA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO
NO VALOR DE US\$50 MILHÕES

AO

REPÚBLICA DE ANGOLA

FÓRUNS

PROJETO DE ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (TESTE)
COMO FASE 1 DA ABORDAGEM PROGRAMÁTICA MULTIFÁSICA

ELEVATE ANGOLA (MELHORAR A APRENDIZAGEM E ENRIQUECER O AVANÇO VOCACIONAL ATRAVÉS DO
ENSINO SUPERIOR)

COM UM ENVELOPE DE FINANCIAMENTO GLOBAL EQUIVALENTE A US\$500 MILHÕES
Para a Fase 1: DATA DE LIBERAÇÃO DE RVP/CD: 20 DE NOVEMBRO DE 2023

Prática Global de Educação
Região da África Oriental e Austral

Este documento tem uma distribuição restrita e só pode ser utilizado pelos destinatários no exercício das suas funções oficiais. O seu conteúdo não pode ser divulgado sem autorização do Banco Mundial.

OU

Este documento está a ser disponibilizado ao público antes da apreciação do Conselho de Administração. Isto não implica um resultado presumido. Este documento poderá ser atualizado após apreciação do Conselho de Administração e será disponibilizado ao público de acordo com a política de Acesso à Informação do Banco.

EQUIVALENTES DE MOEDA

(Taxa de Câmbio em vigor a partir de 30 de agosto de 2023)

Unidade Monetária =	Kwanza angolano
------------------------	-----------------

AOA 825 =	EUA \$ 1
-----------	----------

US\$ 1.33 =	DSE 1
-------------	-------

EXERCÍCIO FISCAL

1 de janeiro - 31 de dezembro

Vice-Presidente Regional: **Vitória Kwakwa**

Diretor Regional: **Daniel Dulitzky**

Diretor Nacional: **Albert G. Zeufack**

Gerente de Prática: **Muna Salih Meko**

Chefe(s) da Equipa de Tarefas: **Pedro Antônio Holanda, Natasha de Andrade Falcão, Daniel Nogueira-Budny**

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

CCDR	Relatório de Clima e Desenvolvimento do País
CE	Compromisso com a cidadania
CNIC	Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC)
CPF	Quadro de Parceria por País
E&S	Ambiente e Social
EMIS	Sistema de Informação de Gestão da Educação
ESCP	Plano de Compromisso Ambiental e Social
ESMP	Plano de Gestão Ambiental e Social
ESSA	Avaliação de Sistemas Ambientais e Sociais
FUNDECIT	Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GBV	Violência baseada no género
GEE	Gases com efeito de estufa
GPE	Parceria Global para a Educação
GRM	Mecanismo de reparação de queixas
IHC	Índice de Capital Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFSA	Avaliação de Sistemas Fiduciários Integrados
IGAE	Inspeção Geral da Administração do Estado
INAAREES	Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior
CPDN	Contributo previsto determinado a nível nacional
FPI	Financiamento de Projetos de Investimento
CITE	Instituto Superior de Ciências da Educação
LIBES	Livro Branco de Educação Superior
LMS	Sistema de Gestão da Aprendizagem
MED	Ministério da Educação
MESCTI	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
MOOC	Curso Online Aberto e Massivo
NREN	Rede Nacional de Investigação e Educação
PAD	Documento de avaliação do projeto
PBC	Contratos baseados no desempenho
PDI	Planos de Desenvolvimento Institucional
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
DOP	Objetivo de Desenvolvimento do Projeto
GFP	Gestão das Finanças Públicas
PLR	Avaliação do desempenho e da aprendizagem
PPA	Adiantamento na Preparação do Projeto
PrDO	Objetivo de Desenvolvimento do Programa
GQ	Garantia de Qualidade
I&D	Investigação e Desenvolvimento
RBA	Acordos baseados em resultados
SCD	Diagnóstico sistemático por país
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
MAR/SH	Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual
ORDENAR	Ferramenta de classificação de risco de operações sistemáticas
SSA	África Subsariana
DIREÇÃO	Orientar o Ensino Superior para Sistemas Resilientes que Sejam Eficazes para Todos
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática

TTIs	Instituições de Formação de Professores
CQNUAC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas
Banco Mundial	Grupo Banco Mundial
ZMP	Definir



ÍNDICE

FICHA TÉCNICA.....	1
Eu. CONTEXTO ESTRATÉGICO	1
A. Contexto do país	1
B. Contexto sectorial e institucional.....	3
C. Relevância para os objetivos de nível superior	8
D. Abordagem programática multifásica	9
II. PROJETO DESCRIÇÃO.....	15
A. Objetivo de desenvolvimento do projeto	15
B. Componentes do projeto	15
C. Beneficiários do projeto	21
D. Justificação da participação dos bancos e papel dos parceiros.....	22
E. Ensinos colhidos e progressos na agenda de aprendizagem	22
III. MODALIDADES DE EXECUÇÃO	23
A. Disposições institucionais e de execução	23
B. Mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados.....	24
C. Sustentabilidade.....	24
IV. RESUMO DA AVALIAÇÃO DO PROJETO	26
A. Análise técnica, económica e financeira (se aplicável)	26
B. Fiduciário	27
C. Políticas Operacionais Legais.....	28
D. Ambiental e Social.....	29
V. SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE RECLAMAÇÕES	31
VI. PRINCIPAIS RISCOS	31
VII. QUADRO DE RESULTADOS E ACOMPANHAMENTO	33
ANEXO 1: Modalidades de execução e plano de apoio	43
ANEXO 2: Procedimentos operacionais para acordos baseados em resultados	48



FICHA TÉCNICA

INFORMAÇÃO BÁSICA

Beneficiário(s) do Projeto	Nome da operação		
Angola	Projeto de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST)		
ID da operação	Instrumento de financiamento	Classificação de Risco Ambiental e Social	
P179154	Financiamento de Projetos de Investimento (IPF)		

Financiamento e Modalidades de Implementação

<input checked="" type="checkbox"/> Abordagem programática multifásica (MPA)	<input type="checkbox"/> Componente de Resposta de Emergência Contingente (CERC)
<input type="checkbox"/> Série de Projetos (SOP)	<input type="checkbox"/> Estado(s) frágil(s)
<input type="checkbox"/> Condições baseadas no desempenho (PBCs)	<input type="checkbox"/> Pequeno(s) Estado(s)
<input type="checkbox"/> Intermediários financeiros (IF)	<input type="checkbox"/> Frágil num país não frágil
<input type="checkbox"/> Garantia baseada em projetos	<input type="checkbox"/> Conflito
<input type="checkbox"/> Rebaixamento adiado	<input type="checkbox"/> Resposta a catástrofes naturais ou provocadas pelo homem
<input type="checkbox"/> Modalidades alternativas de adjudicação de contratos (APP)	<input type="checkbox"/> Suporte prático à implementação expandida (IES)

Data prevista de aprovação	Data prevista de encerramento	Data prevista de encerramento do programa
20-Dez-2023	31-Dez-2028	
Colaboração Banco/IFC		
Não		

Objetivo de Desenvolvimento do Programa MPA

**DADOS DE FINANCIAMENTO DA MPA (US\$, milhões)**

Envelope de Financiamento do Programa MPA	0.00
---	------

Componentes

Nome do componente	Custo (US\$)
Componente 1. Melhorar a qualidade dos recém-chegados ao Ensino Superior através de uma melhor formação de professores	100,000,000.00
Componente 2. Melhorar a qualidade do ensino, a relevância dos currículos e a igualdade de género no ensino superior	85,000,000.00
Componente 3. Reforçar a capacidade de gestão, monitorização e avaliação	15,000,000.00

Organizações

Mutuário:	República de Angola
Agência de execução:	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação

DETALHES DO FINANCIAMENTO MPA (US\$, Milhões)

Envelope de financiamento do MPA:	0.00
dos quais Financiamento Bancário (BIRD):	0.00
dos quais Financiamento Bancário (IDA):	0.00
dos quais Outras fontes de financiamento:	0.00

DADOS DE FINANCIAMENTO DO PROJETO (US\$, milhões)**Maximização das Finanças para o Desenvolvimento**

Trata-se de um projeto habilitador de MFD (MFD-EP)?	Não
Este projeto é Private Capital Enabling (PCE)?	Não

RESUMO

Custo Total de Operação	200.00
Financiamento Total	200.00
dos quais BIRD/IDA	150.00



Défice de financiamento	0.00
DETALHES	
Financiamento do Grupo Banco Mundial	
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)	150.00
Financiamento de grupos não pertencentes ao Banco Mundial	
Fundos fiduciários	50.00
Fundo de Parceria Global para a Educação	50.00

Desembolsos esperados (US\$, milhões)

Exercício do Banco Mundial	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Anual	8.02	25.00	27.00	35.00	48.48	56.50
Cumulativo	8.02	33.02	60.02	95.02	143.50	200.00

ÁREA(S) DE PRÁTICA**Área de Prática (Lead)**

Formação Académica

Áreas de Prática Contributivas

Alterações Climáticas; Governança; Desenvolvimento Digital; Saúde, Nutrição e População

CLIMA**Alterações climáticas e análise de catástrofes**

Sim, foi analisado e os resultados são discutidos no Documento de Avaliação

FERRAMENTA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DE OPERAÇÕES SISTEMÁTICAS (SORT)

Categoria de risco	Avaliação
1. Política e Governança	● Substancial
2. Macroeconómicos	● Moderado



3. Estratégias e políticas sectoriais	● Moderado
4. Desenho Técnico do Projeto ou Programa	● Moderado
5. Capacidade Institucional de Implementação e Sustentabilidade	● Substancial
6. Fiduciário	● Substancial
7. Ambiente e Social	● Moderado
8. Partes interessadas	● Moderado
9. Geral	● Moderado
Risco geral do programa MPA	●

CONFORMIDADE COM A POLÍTICA

Política

O projeto se afasta do CPF em conteúdo ou em outros aspetos significativos?

Sim Não

O projeto exige alguma renúncia às apólices do Banco?

Sim Não

AMBIENTAL E SOCIAL

Relevância das normas ambientais e sociais dado o seu contexto no momento da avaliação

E & S Padrões	Pertinência
---------------	-------------

NOTA: Para obter mais informações sobre a avaliação de diligência devida do Banco Mundial dos potenciais riscos e impactos ambientais e sociais do Projeto, consulte o Resumo de Avaliação Ambiental e Social do Projeto (ESRS).

AVISOS LEGAIS

Pactos Legais

Seções e Descrição

Condições			
Tipo	Citação	Descrição	Fonte de financiamento



I. CONTEXTO ESTRATÉGICO

1. **Angola encontra-se numa encruzilhada, com um grande potencial de prosperidade económica dificultado por baixos níveis de capital humano e vulnerável a choques climáticos.** Este programa de 10 anos ajuda Angola a tirar o máximo partido da sua vantagem demográfica, assegurando as bases para a aprendizagem e reposicionando o setor da educação para equipar as gerações futuras com as competências para combater as alterações climáticas e impulsionar o desenvolvimento económico.

A. Contexto do país

2. **Entre as maiores economias de África, Angola tem uma oportunidade histórica de tirar o máximo partido do seu capital humano.** O país saiu de uma recessão de cinco anos em 2021, devido ao aumento dos preços do petróleo e à recuperação de setores não petrolíferos pós-COVID-19. A economia expandiu 3% em 2022, e estima-se que o crescimento seja de cerca de 1% em 2023. Cerca de um terço da população vive na pobreza (menos de US\$ 2,15 por dia, de acordo com a linha de pobreza internacional atualizada), suportando altas taxas de desemprego e um aumento do custo de vida. A pontuação do Índice de Capital Humano (IHC) de 0,36¹ está entre as mais baixas do mundo, abaixo da média da África Subsaariana (SSA) (0,40). A taxa de fecundidade total de 6,2 filhos por mulher é a segunda mais alta do mundo (depois do Níger), e a taxa de fecundidade adolescente também está entre as mais altas do mundo, com 143 meninas (15-19 anos) por 1.000 se tornando mães na adolescência, em comparação com a média SSA de 98.² O ensino superior tem um papel central na mobilidade social através da igualdade de oportunidades educativas para todos, especialmente grupos marginalizados como as mulheres e as crianças de comunidades de baixos rendimentos.³

3. **O Governo de Angola (GoA) aprovou recentemente um Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2023-2027 centrado no capital humano, infraestruturas e diversificação económica.** Apesar do compromisso político de diversificar a economia, o país continua dependente do petróleo e do gás, que representam 95% das exportações. O setor viu uma queda na produtividade de um pico de 1,9 milhão de barris por dia em 2008 para 1,2 milhão em 2022. Prevê-se que continue a diminuir à medida que as reservas de baixo custo se esgotarem. No futuro, a diversificação económica será fundamental para reduzir os efeitos da volatilidade dos preços do petróleo. O PDN 2023-2027 prioriza investimentos em agricultura, transporte, água e energias alternativas, todos exigindo uma geração de ingressantes no mercado de trabalho com um conjunto especializado de habilidades, conhecimento e know-how.

4. **Este plano quinquenal será levado a cabo no contexto da crise climática, que já está a demonstrar efeitos devastadores para o país.** Mais de 10% da população (3,8 milhões de pessoas) tinha alimentos insuficientes em 2021, e 1,2 milhão de pessoas vivem em condições de escassez de água. Estima-se que as perdas económicas devido ao impacto adverso das alterações climáticas só na agricultura custem à economia

¹ Este valor indica que uma criança nascida hoje em Angola só atingirá 36 por cento da sua produtividade potencial enquanto adulto.

² Monsalves, Emma e Wendy Cunningham (2022). "Diagnóstico de Emprego Jovem em Angola." Banco Mundial. Em processo.

³ Salmi (2017). O Imperativo do Ensino Superior: Conhecimentos, Competências, Valores para o Desenvolvimento. Boston & Roterdã: Brill Publishers.



cerca de 100 milhões de dólares por ano.⁴ Como sublinhado no Relatório de Clima e Desenvolvimento do País para Angola, alcançar a diversificação económica está inextricavelmente ligado ao desenvolvimento da sua resiliência à crise climática.⁵ Impulsionar o capital humano do país é uma das cinco vias para a resiliência climática, aumentando maciçamente as competências de adaptação e preparando os trabalhadores para a economia verde. Para isso, é fundamental melhorar a capacidade de investigação climática de Angola.

5. Reformar os investimentos do país no seu capital humano irá dotar Angola da mão de obra necessária para responder tanto aos objetivos nacionais de diversificação económica como à crise climática.

A estrutura etária jovem de Angola, com 48 por cento da população com menos de 15 anos, representa um potencial significativo para um dividendo demográfico, em que os ganhos de produtividade de um baixo rácio de dependência resultam num benefício económico para o país. No entanto, Angola ainda não aproveitou ao máximo este potencial, uma vez que 56,7% dos jovens (entre os 15 e os 24 anos) estão desempregados (em comparação com 30,2% de desemprego total). Desencadear este dividendo requer entrantes na força de trabalho com habilidades relevantes orientadas para o trabalho. Fundamentalmente, exige uma reformulação do ecossistema de preparação de professores, o principal constrangimento do país à aprendizagem. Dada a necessidade crescente de responder às crises climáticas, as competências para a economia verde estão preparadas para ser cada vez mais procuradas em todos os setores, exigindo o "lado da oferta" da equação de competências para ajustar e ampliar os programas existentes que possam servir na luta contra as alterações climáticas e desenvolver formação em novas áreas para uma maior expansão económica.

6. O mesmo se aplica a outros sectores que serão a fonte de inovação de amanhã para Angola, como as infraestruturas resilientes, a próxima geração de agricultura e produção alimentar sustentáveis e o desenvolvimento digital.

A economia digital de África deverá atingir os 180 mil milhões de dólares até 2025 (contra 115 mil milhões de dólares em 2020), representando 5,2% do PIB do continente.⁶ Espera-se que as habilidades digitais para aproveitar essas oportunidades aumentem rapidamente a demanda até 2030, representando mais de 230 milhões de empregos, resultando em uma oportunidade de investimento de US\$ 130 bilhões em qualificação digital.⁷ Esta mudança geracional representa uma oportunidade para introduzir políticas que atraíam as mulheres para setores tradicionalmente dominados pelos homens, ajudando assim a reduzir as disparidades salariais e de emprego entre homens e mulheres. As mulheres em Angola têm piores resultados no mercado de trabalho do que os homens em termos de emprego, salários e qualidade de trabalho,⁸ e estão sub-representadas no ensino superior, especialmente nas áreas STEM.

7. Um ensino superior de qualidade é vital para dotar os angolanos das competências necessárias para satisfazer as exigências de hoje e impulsionar a inovação para o futuro.

Os sistemas de ensino superior são fundamentais para as transformações sociais e económicas necessárias para alcançar um desenvolvimento sustentável e equitativo. Investimentos estrategicamente concebidos e efetivamente implementados no ensino superior são cruciais para que os países desenvolvam o seu pipeline de talentos e liderança; gerar e aplicar conhecimento para resolver desafios locais, regionais e internacionais; e participar na economia do

⁴ Banco Mundial (2022). Relatório de Clima e Desenvolvimento do País de Angola. Washington: DC.

⁵ Ibidem.

⁶ Google e IFC (2020). e-Conomy Africa 2020: O futuro da economia da Internet em África no valor de 180 mil milhões de dólares.

⁷ IFC. 2019. «Digital skills in SSA: Spotlight on Ghana» (Competências digitais em ASS: em destaque no Gana).

⁸ Monsalves, Emma e Wendy Cunningham (2022). "Diagnóstico de Emprego Jovem em Angola." Banco Mundial. Em processo.



conhecimento.⁹ O ensino superior apoia o crescimento económico impulsionado pelo conhecimento através (a) da formação de uma mão de obra qualificada e adaptável, incluindo cientistas, profissionais, técnicos, professores, funcionários públicos e líderes empresariais de alto nível; b) Gerar novos conhecimentos através da investigação fundamental e aplicada; e (c) fornecer uma plataforma para acessar os estoques existentes de conhecimento global e adaptá-lo ao uso local. As universidades estão numa posição única para integrar e criar sinergias entre estas três dimensões.¹⁰

B. Contexto sectorial e institucional

8. **O sector do ensino superior angolano é um sistema jovem que se desenvolve rapidamente.** Com uma Taxa Bruta de Matrícula (GER) de 8,7 % (2019), o setor é composto por 85 Instituições de Ensino Superior (IES) (27 públicas e 58 privadas) e atende 308.309 estudantes, dos quais aproximadamente 40% (124.756 alunos) estão matriculados em instituições públicas. Estas instituições empregam 11.433 docentes, 40,3 por cento (4.613 docentes) dos quais lecionam em instituições públicas e o restante (59,7 por cento) no setor privado. Uma grande parte deste corpo docente (63 por cento) é a tempo parcial (20 por cento no público e 80 por cento no privado). As mulheres representam apenas 47,5 % (140.960) da população estudantil e 25 % (1.150) do corpo docente das instituições de ensino superior públicas.¹¹ A maior parte dos estudantes matriculados enquadra-se nos programas de Ciências empresariais, Administração e Direito 33,5 % (103.341) e de formação de professores 21,6 % (66.587). Até à data, nenhum programa está oficialmente acreditado, uma vez que o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior acaba de iniciar as suas operações. A Universidade de Agostinho Neto é a instituição emblemática do setor e a única instituição a oferecer programas de doutoramento. Atualmente, matricula 21.000 alunos de graduação, 2.818 de mestrado e 169 de doutorado.

9. **O GoA comprometeu-se a aumentar drasticamente o seu investimento no setor do ensino superior para permitir a sua transformação, de 0,39% do PIB em 2022 para 1,5% em 2027.** Em 2022, o governo gastou aproximadamente US\$ 194 milhões (89 bilhões de Kwanzas) no ensino superior, menos da metade do orçamento autorizado para o setor, e a grande maioria foi para salários.¹² São necessárias reformas fundamentais na governação sectorial e na gestão institucional para tirar o máximo partido destes recursos adicionais.

10. **O recém-criado Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI) desenvolveu uma visão ousada para mudanças radicais no setor.** O MESCTI está atualmente a finalizar uma estratégia de dez anos para o ensino superior (LiBES) para o período de 2023 a 2032. Esta estratégia foi desenvolvida através de um processo consultivo, que reúne as principais partes interessadas, incluindo

⁹ Arnhold, Nina; Bassett, Roberta Malee (2022). "Orientar o Ensino Superior: Rumo a Sistemas Resilientes que Contribuam para Todos". Washington, D.C. : Grupo do Banco Mundial.

¹⁰ Salmi, J. (2017). O Imperativo do Ensino Superior: Conhecimentos, Competências e Valores para o Desenvolvimento. Boston e Roterdão: Sense / Brill Publishers.

¹¹ Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), 2023.

¹² Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), 2023 e Banco Mundial, 2023. Acesso aqui: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=AO>



instituições de ensino superior, a comunidade acadêmica e científica, a sociedade civil e peritos regionais e internacionais. O LIBES define um plano ambicioso para expandir o acesso, melhorar a qualidade e reforçar a investigação com o objetivo de garantir que Angola possa aproveitar as oportunidades emergentes das transições digital, verde e azul.

Desafio 1. Má preparação dos alunos¹³

11. **As pressões demográficas, combinadas com o subfinanciamento crônico da educação, deixaram Angola mais longe de alcançar a educação para todos, afetando o fluxo de estudantes que entram nas IES.** O resultado é uma grave escassez de salas de aula e professores para absorver as crianças nos vários níveis de ensino. A fraca aprendizagem do ensino primário ao secundário limita gravemente a prontidão dos estudantes que procuram aceder ao ensino superior. A taxa líquida de matrículas em Angola nas primárias caiu de quase 80% em 2011 para 71% em 2019. Dadas as pressões demográficas, esta tendência negativa provavelmente continuará, afetando os mais pobres, já que 52% das crianças em idade escolar primária no quintil inferior não estão na escola. Para regressar aos níveis de cobertura de 2011, Angola precisaria de mais de 200.000 professores adicionais nos próximos 10 anos, o que implica um aumento de 10.000 licenciados para 25.000 licenciados por ano (contabilizando o desgaste). Expansão à parte, os programas devem ser substancialmente melhorados para garantir que os professores estejam preparados para oferecer aprendizagem de alta qualidade na sala de aula.

12. **Padrões de seleção fracos, currículos desatualizados e má qualidade do ensino em institutos de formação de professores contribuem para futuros professores que não estão preparados para a sala de aula.** Os professores são o fator mais importante que afeta a aprendizagem nas escolas.¹⁴ Professores bem preparados têm um impacto muito maior nos alunos do que os menos preparados.¹⁵ No entanto, em Angola, como noutros lugares, o sistema de formação de professores não atrai candidatos fortes nem forma os professores de forma eficaz.¹⁶ Os professores carecem, portanto, das competências e conhecimentos necessários para serem bem-sucedidos na sala de aula: apenas seis por cento dos professores são capazes de responder corretamente a pelo menos 80 por cento das perguntas de avaliação dos alunos para a série que estão a ensinar quando foram testados na mesma.¹⁷ As observações em sala de aula revelam que 87% dos professores pontuam "insatisfatório" ou "muito insatisfatório" em suas práticas pedagógicas.¹⁸ Como resultado, a pobreza de aprendizagem é elevada em Angola: dois terços das crianças do terceiro ano não conseguem ler um texto adequado à idade.¹⁹

¹³ Embora os desafios de acesso sejam generalizados em Angola, o MESCTI comprometeu-se a expandir a oferta de ensino superior através de financiamento interno. Como tal, a agenda de acesso será limitada aos institutos de formação de professores no âmbito desta fase do MPA.

¹⁴ Banco Mundial. (2017). *Relatório de desenvolvimento mundial 2018: Aprendendo a realizar a promessa da educação*. O Banco Mundial.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ (2022). Indicadores de Prestação de Serviços. Luanda, Angola.

¹⁸ (2022). TEACH: Aplicação de observações em sala de aula em Angola. Luanda, Angola.

¹⁹ (2022). Avaliação de Leitura de Séries Iniciais. Luanda, Angola.



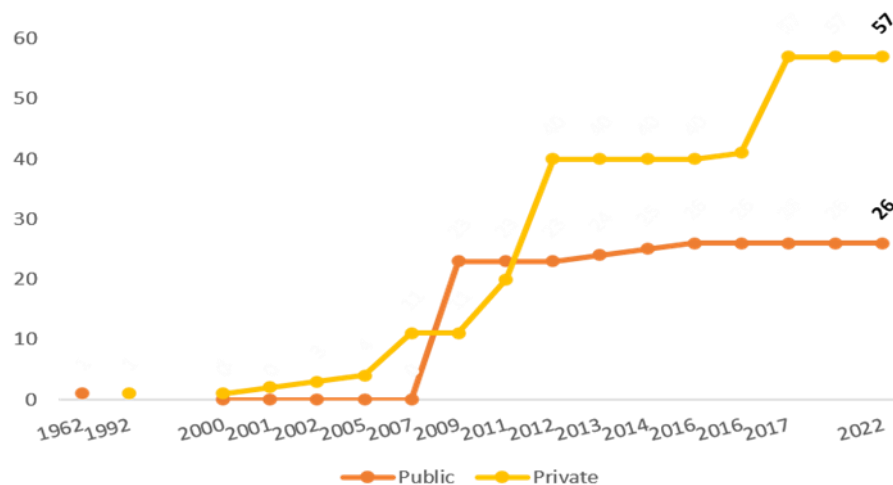
13. **Para cumprir a visão de produzir professores bem qualificados, o ecossistema de formação de professores em serviço precisa ser transformado por meio de reforma curricular, instrução de qualidade de instrutores e infraestrutura moderna.** O GA adotou recentemente um plano para consolidar a governação do sistema de formação de professores no âmbito do MESCTI. A maioria dos TTIs está alojada em infraestruturas extremamente pobres, com eletricidade e água pouco fiáveis, acesso limitado à Internet e bibliotecas deficientes. A infraestrutura digital é especialmente má, tornando difícil equipar os professores com as competências de que necessitarão para preparar os alunos para o futuro digital de Angola.

14. **Esta agenda é apoiada pelos parceiros de desenvolvimento de Angola.** Dado o papel fundamental que o aumento da oferta de professores de qualidade desempenha na resolução da crise educativa em Angola, o mecanismo de subvenção multiplicadora da Parceria Global para a Educação (GPE) aprovou um pedido de cofinanciamento de 50 milhões de dólares por parte do GoA.

Desafio 2. Baixa qualidade do ensino e falta de relevância dos currículos para a indústria

15. **A recente expansão rápida das IES foi impulsionada por prestadores privados, com pouco controlo de qualidade.**²⁰ A Taxa Bruta de Matrículas (GER) do ensino superior cresceu de 6% em 2014 para 10,6% em 2019, a par da média de 9,8% da África Subsariana (SSA).²¹ As matrículas no ensino superior cresceram de 221.000 em 2014 para 315.000 em 2021, 60% das quais foram absorvidas pelo setor privado,²² onde o número total de IES cresceu de 11 em 2010 para 57 em 2022 (Figura 1).

Figura 1. Rápida Expansão das IES Privadas em Angola



Fonte: Anuários Estatísticos 2014 – 2022

16. **As elevadas taxas de repetência e as baixas taxas de graduação reduzem a capacidade do setor para absorver novos estudantes e traduzem-se num desperdício de recursos limitados.**²³ Os alunos de IES levam

²⁰ O Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES) tem como mandato desenvolver e aplicar mecanismos de garantia da qualidade em todo o setor. No entanto, trata-se de uma instituição jovem que só recentemente começou a funcionar.

²¹ [Indicadores de Desenvolvimento Mundial](#), DataBank, Banco Mundial, 2023.

²² [Discurso sobre o Estado da Nação proferido](#) pelo Presidente da República de Angola outubro de 2022

²³ Analytics and Policy Dialogue for Higher Education Strategy Development in Angola (P178087, Serviços de Aconselhamento e



em média 7 anos para completar programas de 5 anos. Esta ineficácia interna põe em causa a qualidade da preparação e as normas de admissão à entrada no ensino superior. A falta de apoio académico aos estudantes, bem como o elevado custo da frequência do ensino superior, não suficientemente atenuado pela ajuda financeira, contribuem ainda mais para elevadas taxas de abandono. A remoção desses obstáculos ao desempenho dos alunos pode reduzir a repetição e a evasão, aumentar as taxas de graduação e liberar espaços para absorver mais alunos, particularmente de grupos tradicionalmente sub-representados.

17. **A instrução é ainda dificultada por equipamentos e infraestruturas digitais inadequados.** Poucas IES públicas dispõem de laboratórios bem equipados para ministrar instrução científica prática. A maioria dos campi em Angola tem conectividade à Internet irregular. Ao contrário dos seus pares regionais, como Moçambique e África do Sul, Angola carece de uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN), limitando a capacidade do sector do ensino superior para alavancar o potencial da infraestrutura e tecnologia digital. A falta de uma NREN inibe o poder de negociação coletiva das instituições de ensino superior para conectar os campi à banda larga confiável e acessível. Isso prejudica a capacidade de colaboração académica, pesquisa de alta qualidade e acesso à rede global de pesquisa.

18. **As más condições também impedem a capacidade do país de participar em redes e oportunidades de investigação regionais e Sul-Sul.** A diversificação económica baseia-se não só numa mão de obra qualificada, mas também num sistema de investigação dinâmico para promover a inovação, melhorar a produtividade e resolver problemas que acelerarão a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a luta contra as alterações climáticas. Os investigadores africanos recebem menos de 1% dos fundos de investigação climática que estudam contextos africanos.²⁴ Este financiamento desigual perpetua as lacunas na capacidade de investigação entre instituições de países como Angola e os seus congéneres do Norte. Angola também está bem abaixo dos comparadores regionais na produção de investigação científica, com apenas 19 investigadores científicos por 1.000.000 de habitantes, em comparação com 43 em Moçambique e 472 na África do Sul. O Centro Nacional de Investigação Científica (CNIC) e a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECIT) estão subfinanciados, carecem de parcerias de I&D com o sector privado e não têm políticas em vigor para atrair os melhores talentos africanos, incluindo da diáspora angolana.

19. **Existe uma desconexão entre a universidade e a indústria, com os diplomados do ensino superior despreparados para concorrer a empregos altamente qualificados, enquanto o setor privado não consegue encontrar os trabalhadores qualificados necessários.** Os currículos dos sectores existentes não se adaptaram às novas exigências de um clima em mudança e à necessidade de aumentos de produtividade. Isto é especialmente verdade na agricultura, energia, transportes e água, quatro sectores críticos para a diversificação económica de Angola e para a adaptação climática. Preparar os alunos para a economia digital exige que sejam digitalmente competentes, mas os currículos não evoluíram para desenvolver essas competências. Apenas 11% dos estudantes do ensino superior se formam em cursos STEM, bem abaixo de países comparadores como a África do Sul (18%). Para alcançar a diversificação económica, lançar a

Analytics).

²⁴Analytics e Diálogo de Políticas para o Desenvolvimento da Estratégia do Ensino Superior em Angola (P178087, Advisory Services and Analytics).

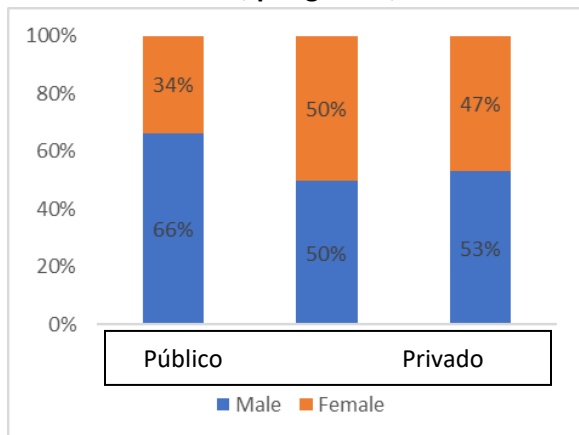


aceleração digital e promover uma força de trabalho moderna capaz de responder às necessidades de empregos do século XXI, o setor do ensino superior de Angola precisa de preparar melhor os estudantes com as aptidões e competências necessárias ao setor privado ou para o trabalho por conta própria.

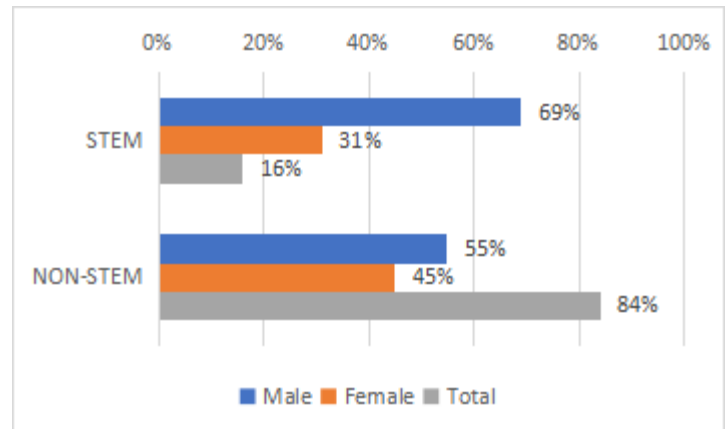
20. **Criticamente, o sistema público de ensino superior também sofre de desequilíbrios de género a todos os níveis – estudantes, professores e cargos de liderança.** Embora haja paridade de género nas matrículas em IES privadas, as universidades públicas matriculam dois homens para cada mulher (Figura 2). Para piorar a situação, as mulheres recebem apenas 34% de todas as bolsas de estudo para o ensino superior público, perpetuando assim esta disparidade de género. Nos setores STEM, a diferença de matrículas é ainda maior, uma vez que as mulheres representam apenas 31% dos estudantes (Figura 3).²⁵ Esta disparidade de género é mais acentuada na composição do pessoal académico, em que as mulheres representam apenas 22% do corpo docente do ensino superior e estão substancialmente sub-representadas entre os professores do ensino secundário, com o dobro de professores do sexo masculino do que do sexo feminino. As consultas às partes interessadas revelam que as normas sociais continuam a promover papéis tradicionais para as mulheres que não exigem formação avançada. Estas de

Figura 3. Percentagem de alunos matriculados em cursos STEM e não STEM por género, 2019

Figura 2. Proporção de alunos do primeiro ano matriculados em licenciaturas em IES, por género, 2018



Fonte: Anuário Estatístico 2019, MESCTI



Fonte: UIS-UNESCO, 2018

Desafio 3. Capacidade limitada de gestão da governação setorial e institucional

21. **As insuficiências de governação e de gestão são evidentes, tanto a nível sectorial como institucional.** A nível sectorial, há uma escassez de dados que sirvam de base à elaboração de políticas. Tal inclui indicadores de desempenho para identificar problemas setoriais e responsabilizar as instituições de ensino superior pelo serviço prestado aos seus estudantes e à sociedade. Essa ausência de mecanismos de governança também se estende ao monitoramento de dados sobre os resultados dos alunos e do mercado de trabalho para fornecer ciclos de feedback às IES para melhor atender graduados e futuros empregadores. Os sistemas de governação para a aprovação de novos currículos, a promoção de parcerias com a indústria (incluindo a nível regional e global) e a garantia da gestão do setor junto de múltiplos intervenientes são, em grande medida, teóricos. A

²⁵ Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI), 2019.



nível institucional, as capacidades de gestão devem ser reforçadas para melhorar a eficácia e a eficiência dos processos operacionais e da gestão dos recursos. As instituições de ensino superior não conseguem executar a totalidade dos seus orçamentos devido à complexidade das regras de gestão financeira. São necessárias melhorias nos processos operacionais das instituições de ensino superior para garantir que os investimentos futuros sejam aproveitados ao máximo. Tal inclui alterações às regras relativas às bolsas de estudo, reformas nas práticas de gestão (por exemplo, para simplificar e acelerar a aprovação de novos cursos) e atualizações da gestão sistémica das finanças públicas (GFP) que ajudarão a garantir um fluxo de fundos mais suave.

C. Relevância para os objetivos de nível superior

22. **O Programa apoia Angola nos seus objetivos de alcançar a diversificação económica e a resiliência climática.** Alcançar esses resultados inexoravelmente ligados reflete o mandato ampliado do Banco Mundial de "criar um mundo livre da pobreza em um planeta habitável". Em concreto, a operação apoia o segundo pilar do Quadro de Parceria por País (CPF) de 2013 (Relatório n.º 76225-AO) "para melhorar a qualidade da prestação de serviços e aprofundar a proteção social", segundo o qual o resultado 5 é "melhorar a qualidade da educação".²⁶ O Programa também está alinhado com o Plano de Negócios África Leste que prevê que todas as crianças na AFE tenham a educação e as habilidades para realizar seu potencial e contribuir para o desenvolvimento da região.

23. **O Programa apoia diretamente cada um dos três pilares do Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola (2023-2027), servindo como um alicerce fundamental para os planos de Angola de investimento no seu capital humano (pilar 1).** Em segundo lugar, e correlatamente, é uma componente essencial para alcançar a diversificação económica que o plano prevê (pilar 3). Em terceiro lugar, apoia atualizações de infraestrutura fundamental (pilar 2), mais notavelmente modernizando TTIs, bem como reformulando a infraestrutura digital em todo o setor e construindo uma NREN.

24. **Este investimento faz parte de um pacote maior de apoio do Banco Mundial ao PDN 2023-2027.** O Programa foi elaborado em conjunto com o Projeto Recursos Humanos para a Saúde (P180631), com duas áreas concretas de sinergia (ensino de graduação e mecanismos de garantia de qualidade)²⁷ e o Primeiro DPO Verde, Resiliente, Inclusivo e de Diversificação (P179512). Em segundo lugar, o apoio do Programa à conectividade de banda larga e às competências digitais complementa o Projeto de Aceleração Digital (P180693), que proporcionará conectividade de última milha a instituições públicas municipais e fortalecerá as competências digitais dos servidores públicos. Em terceiro lugar, o Programa baseia-se nos investimentos na melhoria da aprendizagem no ensino básico e na redução das disparidades de género no ensino secundário que o Projeto Empoderamento e Aprendizagem para Todas as Raparigas (P168699) procura alcançar.

²⁶ Embora o CPF atual tenha sido projetado para cobrir o período do AF14 ao AF16, a Análise de Desempenho e Aprendizagem estendeu o CPF por mais 2 anos para o AF19 e ofereceu uma reformulação dos objetivos para responder aos desafios da queda dos preços do petróleo.

²⁷ Em primeiro lugar, este Programa irá melhorar a preparação de graduação nas ciências que servem como formação pré-médica para estudantes que eventualmente prossigam estudos de pós-graduação em saúde (financiados no âmbito do projeto de saúde). Em segundo lugar, apoia a introdução de mecanismos de garantia da qualidade para assegurar que as faculdades de medicina forneçam níveis aceitáveis de instrução.



25. **Alinhamento de Paris.** O projeto é consistente com a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de Angola. Angola apresentou a sua NDC Pretendida em 2015, estabelecendo a implementação das responsabilidades do país na resposta às alterações climáticas. Em novembro de 2020, Angola ratificou o Acordo de Paris de 2015 à CQNUAC, mostrando que o país está empenhado em participar na aspiração estabelecida a nível internacional de combater as alterações climáticas e contribuir para os esforços globais de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). A NDC de Angola compromete-se incondicionalmente a reduzir as emissões de GEE em 14% até 2025 em relação a uma trajetória de manutenção do status quo, ou cerca de 15,4 Mt de CO₂e. Esta operação apoia essa estratégia de atenuação, assegurando que os investimentos em infraestruturas são inteligentes do ponto de vista climático e utilizam os materiais de construção mais eficientes do ponto de vista energético, e que a abordagem à conceção terá em consideração o arrefecimento passivo, a energia solar e outras medidas de poupança de energia. Além de apoiar as recomendações da CCDR, o projeto contribui para a NDC investindo em currículos climáticos para melhorar a preparação e as habilidades de estudantes e novos entrantes na força de trabalho (por exemplo, especialistas em E&S) para trabalhar em empregos verdes e ser mais resiliente a eventos climáticos extremos e de longo prazo.

D. Abordagem programática multifásica

Justificativa para o uso do MPA

26. **A ZMP oferece quatro vantagens distintas em relação a outros instrumentos de financiamento. Em primeiro lugar, a operação está programada para apoiar duas estratégias governamentais interligadas a longo prazo.** O primeiro deles é o PDN 2023-2027, que procura diversificar a economia de Angola através da transformação do seu capital humano e desbloquear o potencial das economias verde e azul. O GoA está também a reinventar os seus setores do ensino superior e da ciência e tecnologia através do Livro Branco de Educação Superior 2023-2033 (LiBES).

27. **Em segundo lugar, esta ZMP procura enfrentar desafios complexos que levam tempo a resolver.** A mudança estrutural tanto a nível da governação setorial como a nível da instituição requer uma abordagem iterativa de diagnóstico, planeamento, implementação, avaliação, correção de rumo e expansão. A nível setorial, a criação de mecanismos de governação (tais como sistemas de garantia de qualidade ou instrumentos de financiamento baseados nos resultados) exige a garantia dos elementos fundamentais a partir dos quais se podem alargar e aprofundar as reformas. O mesmo se aplica ao nível institucional, que exige ondas sequenciais de apoio, começando pelo reforço da capacidade de gestão e, em seguida, consolidando os ganhos para assegurar uma mudança duradoura. Ao nível do programa e do curso, estreitar os laços entre empregadores e IES para tornar estas últimas mais reativas às necessidades do mercado de trabalho requer um ciclo de conceção do curso que sequencia avaliações, pilotos e escalas, utilizando uma abordagem iterativa com ciclos de feedback incorporados.

28. **Em terceiro lugar, um horizonte temporal mais longo permite uma maior ambição e impacto.** Este investimento terá sucesso quando a economia angolana tiver mais licenciados que estejam a permitir que os sectores estratégicos prioritários do país prosperem, medidos pelos resultados do mercado de trabalho. O



empenhamento nestes indicadores de resultados finais só é possível com um horizonte temporal que permita a plena execução da reforma. A consistência e a previsibilidade do apoio do Banco Mundial que a ZMP fornece de forma única asseguram a todas as partes o compromisso de investir nas atividades necessárias para alcançar esses objetivos a longo prazo.

29. **Finalmente, a abordagem programática da MPA alinha os parceiros de desenvolvimento em torno de uma agenda de longo prazo, atraindo financiamento e tornando os investimentos individuais mais impactantes.** O processo de planeamento conjunto em torno do LiBES unifica o diálogo político de parceiros-chave como a União Europeia, o Banco Africano de Desenvolvimento, a UNICEF e o Foreign Commonwealth Development Office (FCDO). Onde anteriormente cada ator tinha um investimento isolado que procurava ajudar com uma parte isolada do sistema de ensino, a visão programática e de longo prazo da MPA promove uma abordagem mais ampla, permitindo sinergias, complementaridades e a redução da duplicação. Exemplo disso é o cofinanciamento desta operação de apoio à transformação dos professores em Angola pela Parceria Global para a Educação.

Cadeia de Resultados do Programa

30. **A Cadeia de Resultados do Programa é motivada pela necessidade global de melhorar os resultados do capital humano que permitirão a diversificação económica e a resiliência climática em Angola.** A Figura 4 ilustra a cadeia de resultados da ZMP global. Os resultados em nível de programa capturam os três elementos do Objetivo de Desenvolvimento do Programa: o número de graduados (quadruplicando o # de graduados anuais em STEM), a qualidade dos graduados (% de programas credenciados) e o alinhamento com áreas estratégicas prioritárias (# de parcerias).

31. **Os resultados do Programa baseiam-se nos resultados ao nível da DOP de cada fase.** Os resultados da fase 1²⁸ são que as IES de Angola foram transformadas para servir a sua economia e os seus alunos (# de IES transformadas através de RBAs, # de IES ligadas ao NREN), o setor tornou-se mais equitativo (paridade de género), competências para a resiliência climática estão a ser desenvolvidas (# de novos programas climáticos), e os TTIs estão a preparar uma nova geração de professores angolanos de alto desempenho. Na base dos resultados das DOP estão as atividades e os resultados que eliminam os estrangulamentos e introduzem incentivos para promover resultados a nível sectorial, institucional e programático.

Objetivo de Desenvolvimento do Programa (PrDO) com Indicadores-Chave de DO do Programa com Linhas de Base e Metas Finais

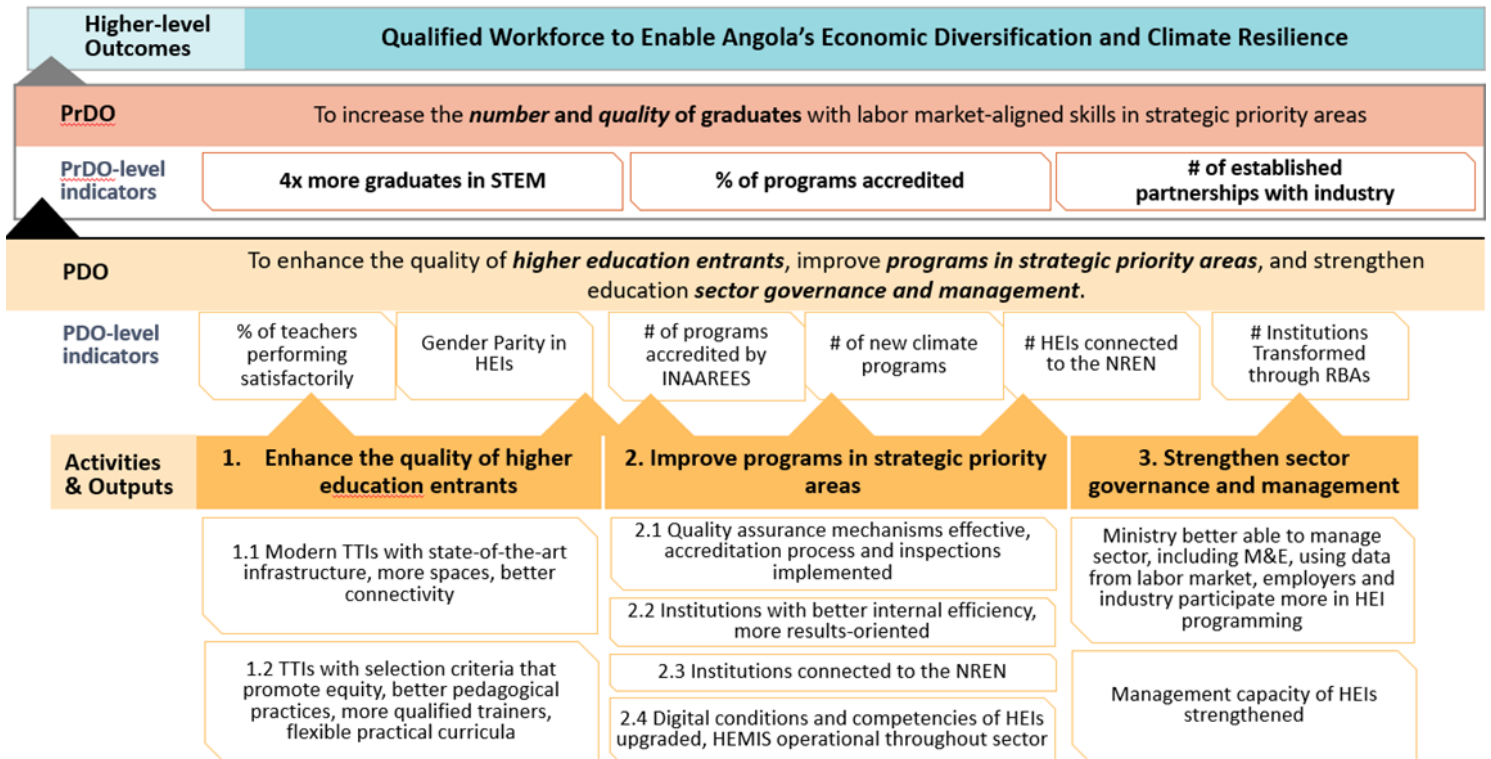
32. O Objetivo de Desenvolvimento do Programa é "aumentar o número e a qualidade dos diplomados com competências alinhadas com o mercado de trabalho em áreas estratégicas prioritárias". Os indicadores-chave do programa propostos são:

²⁸ A Fase 2 e a Fase 3 estariam sobrepostas, preparadas em 2026/2027 à medida que as lições da Fase 1 forem surgindo.



- a. *Aumentar o número de diplomados em setores estratégicos*²⁹: o número de diplomados empregados com competências alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho dos setores estratégicos prioritários.
- b. *Melhorar a qualidade dos diplomados*: % dos programas inspecionados que obtêm acreditação pelo INAAREES.

Figura 4. Cadeia de Resultados



Estrutura do Programa

33. **A estrutura do Programa abraça uma abordagem vertical com uma primeira fase que estabelece as bases sobre as quais as fases subsequentes podem construir e replicar.** No âmbito da fase 1 (TEST), serão introduzidas reformas nas áreas da governação sectorial, gestão institucional e conceção programática. A fase 2 (SCALE) dimensionará as ações de duas formas: i) replicará para uma segunda onda de instituições/províncias e ii) dimensionará as atividades em áreas programáticas dentro de cada IES. Como esta é a primeira operação do Banco Mundial com o MESCTI, a Fase 1 segue uma abordagem tradicional, usando o Financiamento de Projetos de Investimento (IPF). O IPF introduziria acordos baseados nos resultados entre o MESCTI e as IES. Esta orientação para os resultados na Fase 1, juntamente com os sistemas de dados estabelecidos, permitirá que a Fase 2 passe para o instrumento Programa para Resultados (PForR). A fase 3

²⁹ Os setores estratégicos prioritários são os identificados no PDN 2023-2027 e na CCDR: agricultura, energia, transportes e água (que exigem pessoas com competências nas áreas CTM), e os setores prioritários da educação e da saúde.



(REPLICATE) proporcionaria financiamento subsequente para alargar a abordagem mais longe através de um IPF.

Agenda de Aprendizagem

34. **A Agenda de Aprendizagem permite uma abordagem iterativa e adaptativa da ZMP (Tabela 1).** Será realizado um trabalho analítico para informar ações futuras, tanto em termos de áreas temáticas como de modalidades operacionais. No que diz respeito aos domínios de incidência, as atividades de aprendizagem reforçarão a relação entre a procura do setor privado e a oferta de competências em domínios estratégicos para o reforço das competências em matéria de clima e a diversificação económica. Em termos de modalidades operacionais, a Fase I criará mecanismos para captar os primeiros ensinamentos dos acordos baseados nos resultados, com vista a reforçar ainda mais este mecanismo de apoio institucional em fases futuras.

Figura 5. Estrutura do Programa

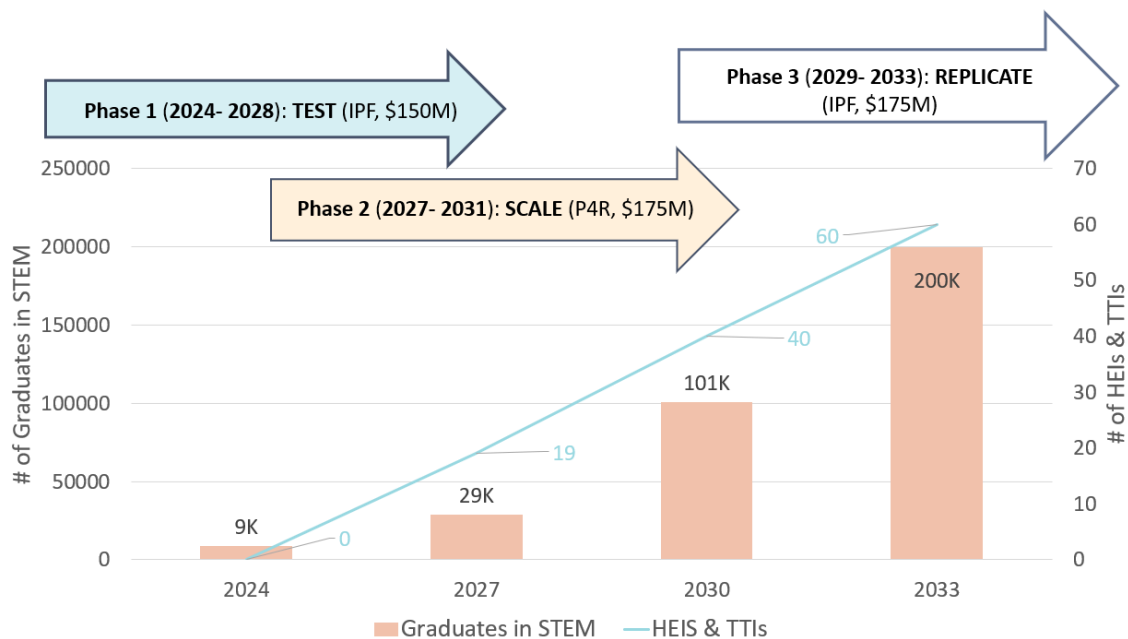


Tabela 1. Questões e Métodos de Investigação para a Agenda de Aprendizagem

Questões-chave	Metodologia indicativa e custo estimado	Como preencher a lacuna de conhecimento apoiará o PrDO
Como podemos fornecer às IES o feedback da indústria para garantir que os cursos são relevantes para a indústria?	- Discussões em focus group com empregadores em sectores estratégicos - Observatório do Mercado de Trabalho (US\$ 100 mil)	Tornar os currículos relevantes para a indústria exige informação atempada por parte dos empregadores. Estas melhorias curriculares são o precursor necessário para melhorar as competências relevantes para o emprego e aumentar a reserva de trabalhadores qualificados na fase 2.



Os mecanismos de QA estão a resultar em diplomados com competências para o mercado de trabalho?	- Estudos de traçador / Avaliação de impacto (\$500K) - Avaliação de processos (\$20K)	Entender se e como o fortalecimento do INAAREES está levando a melhores programas alinhados à indústria informará o escalonamento em fases futuras.
A reforma curricular e o apoio pedagógico nas ITT estão a resultar numa melhoria do ensino?	- Observações em sala de aula (US\$ 30 mil)	As práticas instrucionais do corpo docente nas instituições de formação de professores precisam melhorar para que as práticas de ensino dos graduados que entram nas salas de aula do ensino primário melhorem. A compreensão dos impactos desta reforma na sala de aula servirá de base à adaptação no âmbito da Fase 2.
Barreiras mais fortes e reduzidas para as mulheres em STEM estão aumentando a aceitação?	- Recolha e análise de dados através do HEMIS (\$300K)	Se forem eficazes, as estruturas criadas para reduzir as barreiras para as mulheres reduzirão as disparidades entre homens e mulheres ao nível do corpo docente e discente.
Os incentivos para melhorar a ineficiência interna no âmbito das RBAs estão melhorando as taxas de graduação?	- Recolha e análise de dados através do HEMIS (\$300K) - Avaliação de processos	Construir uma compreensão das intervenções bem-sucedidas que melhoram a ineficiência interna dentro das IES é fundamental para melhorar o acesso equitativo e aumentar o número de pessoas qualificadas que entram no mercado de trabalho.



Fase #	ID do projeto	Sequencial ou Simultâneo	DO Proposta de Fase*	IPF ou PforR	Valor estimado do BIRD (\$ milhões)	Outro montante estimado (\$ milhões)	Data estimada de aprovação	Estimativa da Classificação de Risco Ambiental e Social
Fase 1	P179154	Simultâneo	Melhorar a qualidade dos ingressantes no ensino superior, melhorar os programas em áreas estratégicas prioritárias e fortalecer a governança e a gestão do setor de educação.	FPI	150.00	50,00 (GPE)	20 de dezembro de 2023	Moderado
Fase 2	A ser vendido	Simultâneo	A ser vendido	PforR	350.00	A ser vendido	Dezembro 20, 2027	Moderado
Total	P179154	Sequencial	Aumentar o número e a qualidade dos diplomados com competências alinhadas com o mercado de trabalho em áreas estratégicas prioritárias.		500.00	50.00		
Dotação financeira revista								
Envelope de financiamento aprovado pelo Conselho de Administração								

* Inclua o nome do país no caso de vários mutuários

Se houver mudanças na estrutura do Programa MPA, o PAD da fase subsequente incluiria a estrutura original do programa, bem como a revisada



II. DESCRIÇÃO DO PROJETO

A. Objetivo de desenvolvimento do projeto

(i) Declaração DOP

39. Melhorar a qualidade dos ingressantes no ensino superior, melhorar os programas em áreas estratégicas prioritárias e fortalecer a governança e a gestão do setor de educação.

(ii) Indicadores de Nível DOP

40. O Projeto visa alcançar os seguintes resultados:

- i. Proporção de mulheres em percentagem de novos estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas
- ii. Proporção de formandos de professores com desempenho satisfatório nas observações em sala de aula
- iii. Proporção de programas acadêmicos criados/revistos que incluem currículos relevantes para o clima
- iv. Proporção de instituições de ensino superior públicas ligadas aos sistemas nacionais de NREN
- v. Número de IES transformadas através de RBAs
- vi. Número de parcerias com intervenientes do setor privado.

B. Componentes do projeto

Componente 1. Melhorar a qualidade dos participantes do ensino superior (US\$100 milhões)

41. **A resposta à crise educativa no ensino básico exige uma revisão do atual ecossistema de preparação de professores**, a fim de melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos e aumentar o número de alunos preparados que progridem para o ensino superior. Esta componente irá modernizar e modernizar a infraestrutura dos TTI (subcomponente 1.1) e melhorar a programação curricular e o ensino (subcomponente 1.2).

Subcomponente 1.1: Expandir o acesso à formação inicial de professores de alta qualidade (US\$90 milhões)

42. **Esta subcomponente irá expandir a oferta de formação de professores pré-serviço eficaz e de qualidade garantida através de investimentos em infraestruturas críticas e modernização de instalações.** Os investimentos visarão os TTIs que se encontram fora de Luanda, para promover a equidade geográfica e criar um pipeline de professores de qualidade nas zonas do país com maiores necessidades. Em segundo lugar, serão priorizados os TTIs que têm sido tradicionalmente cronicamente subfinanciados e precisam de reforma.

43. **As atividades no âmbito desta componente começam com a assistência técnica para realizar as avaliações de necessidades e conceções de projetos no âmbito do Avanço de Preparação de Projetos (PPA), seguindo-se investimentos em infraestruturas para renovar e expandir os TTI. Avaliações e projetos** arquitetônicos para atualizações de infraestrutura serão realizados para cada TTI selecionado para identificar as especificações necessárias



para aumentar os espaços e modernizar as instalações que permitem o ensino e a aprendizagem, com o objetivo de equipar os centros com infraestrutura digital e projetos inclusivos de gênero. A avaliação das necessidades procederá a uma análise pormenorizada e recomendará atualizações e outras condições favoráveis necessárias no âmbito das ITT. As obras podem incluir a expansão ou melhorias em espaços físicos (por exemplo, espaços de salas de aula, laboratórios de STEM/informática, bibliotecas, casas de banho), equipamento (por exemplo, mobiliário), ferramentas de ensino e aprendizagem, infraestruturas digitais (por exemplo, computadores, conectividade estável à Internet, sistemas de gestão da aprendizagem) e outros fatores facilitadores (por exemplo, eletricidade). Cada local terá Planos de Gestão Ambiental e Social (ESMPs) específicos do local desenvolvidos, bem como contratos de supervisão da construção.

Subcomponente 1.2: Melhorar a qualidade do ensino e dos programas de preparação de professores (US\$10 milhões)

44. **Melhorar a qualidade do ensino e da preparação nas instituições de formação de professores requer ações ao nível da legislação, currículo, instituição e indivíduo.** A nível legislativo, serão introduzidas alterações ao Decreto de Preparação de Professores para flexibilizar alguns dos requisitos que atualmente distorcem o foco nas competências docentes (como a preparação de uma tese final). Em segundo lugar, a relação entre os TTI e as escolas básicas circundantes será reforçada através de um acordo a nível nacional entre o MESCTI e o MED. Tal conduzirá a melhorias ao nível do currículo, com a introdução de mais elementos práticos na formação de professores, de modo a que seja passado mais tempo na sala de aula a adquirir competências pedagógicas eficazes. Do mesmo modo, a aquisição de competências digitais pelos alunos exigirá mudanças orientadas para garantir que a reserva de professores possa realizar tarefas básicas com o grau de complexidade e autonomia necessários para transmitir competências digitais fundamentais nas suas salas de aula. Ao nível das instituições, será prestada assistência técnica para que os formadores de professores estejam mais aptos a desempenhar os seus mandatos com foco na resolução da crise de aprendizagem em Angola. Por último, a nível individual, serão aplicados melhores instrumentos de análise para garantir que os candidatos certos entrem ex ante na profissão de professor, incluindo uma atualização do processo de exame de admissão e o reforço das atividades de recrutamento para atrair os candidatos mais promissores³⁰. Programas de remediação ou nivelamento também serão considerados para ajudar a corrigir lacunas na capacidade acadêmica e prontidão de aprendizagem de níveis anteriores de educação. Estes serviços de apoio a nível individual visam reduzir os constrangimentos e alargar o acesso, em especial para as candidatas do sexo feminino.

45. **As atividades no âmbito desta componente incluem assistência técnica para aconselhar sobre as alterações necessárias aos currículos, atividades de formação para melhorar a eficácia do corpo docente e custos operacionais.** O corpo docente de TTIs será apoiado para obter as credenciais e habilidades necessárias, incluindo habilidades digitais, para preparar melhor os professores alunos para a sala de aula. Tal implica assegurar que os licenciados são mais capazes de desenvolver competências pedagógicas adequadas, desenvolver competências digitais, utilizar tecnologias básicas para o ensino e a aprendizagem e sensibilizar para o impacto das alterações climáticas. Serão concedidos incentivos aos candidatos mais promissores para eliminar as barreiras ao acesso ou à conclusão de programas de ITT, em especial para as candidatas do sexo feminino (por exemplo, bolsas de estudo ou subvenções), facilitando assim a entrada de coortes mais fortes nas ITT. O desenvolvimento de capacidades e o apoio alinhado ao MESCTI e ao Ministério da Educação (MED) serão realizados para apoiar atividades que melhorem a qualidade do ensino e dos programas (por exemplo, melhorando a paridade de gênero nas coortes e no corpo docente que chegam; atualização curricular, incluindo formação prática nas escolas; atualização das competências do corpo docente; reforço da coorte de recém-

³⁰ Estas atividades serão realizadas em paralelo com o apoio às políticas dos professores no âmbito do Projeto Empoderamento e Aprendizagem das Raparigas para Todos (P168699).



licenciados, possivelmente através da atualização das políticas de recrutamento). O Projeto financiará atividades de assistência técnica e custos operacionais (por exemplo, orientações atualizadas, currículos atualizados, manuais operacionais, políticas).

46. **Esta subcomponente criará 10.000 espaços de formação de professores em Angola, resultando em mais 100.000 licenciados (ao longo de dez anos) mais bem preparados para a sala de aula, bem como num acesso alargado para as mulheres dentro dos TTIs.** Este aumento da capacidade de preparação dos professores é o ponto de partida para enfrentar as crises gêmeas no ensino pré-superior em Angola: i) a crise das crianças fora da escola e ii) a crise da aprendizagem. Os graduados do TTI serão equipados com experiência prática em sala de aula durante o seu treinamento pré-serviço e um foco nítido em como apoiar os alunos a aprender. A melhoria da qualidade dos diplomados será medida através da aplicação de uma versão adaptada localmente da ferramenta de observação da sala de aula TEACH incorporada no decurso dos programas de preparação de professores, que mede de forma robusta as competências pedagógicas dos professores. Como condição prévia para melhorar o stock de competências digitais em Angola (começando pelo seu sector da educação), os seus professores irão também formar-se nos TTIs renovados com as competências e capacidades prontas para acompanhar os seus futuros alunos na sua aprendizagem, incluindo a aprendizagem digital. A melhoria das competências digitais dos professores diplomados aumentará o seu acesso aos recursos, aumentará a eficiência nas tarefas administrativas e expandirá a utilização de tecnologias básicas para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula.

Componente 2. Melhorar a qualidade do ensino, a relevância dos currículos e a equidade de género nas instituições de ensino superior (US\$85 milhões)

47. **Alcançar a diversificação económica de Angola requer um reforço intensivo do sistema educativo para construir uma base baseada na garantia de qualidade eficaz, governação moderna e ágil, gestão profissional, recorrendo a intervenções digitais.** Esta componente procurará melhorar a capacidade das IES para ministrar programas de elevada qualidade e torná-las mais reativas às necessidades do mercado de trabalho e dos estudantes. Serão empreendidas quatro subcomponentes com atividades associadas para (i) reforçar os mecanismos de garantia da qualidade, (ii) expandir o acesso ao ensino superior em áreas prioritárias, incluindo CTEM, competências verdes e competências digitais, (iii) estabelecer uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN) que trará às instituições de ensino superior uma Internet de banda larga mais rápida, fiável e acessível; e (iv) digitalizar a prestação de serviços, incluindo a atualização e institucionalização do uso de um Sistema de Informação de Gestão do Ensino Superior (HEMIS) abrangente e construir competências digitais.³¹

Subcomponente 2.1: Reforçar os mecanismos de garantia da qualidade (US\$10 milhões)

46. **Esta subcomponente reforça a capacidade técnica do Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos Superiores (INAAREES) ao nível setorial e institucional.** A nível *sectorial*, a capacidade de gestão e de regulação do INAAREES será reforçada. As atividades de reforço de capacidades incluem assistência técnica

³¹ As intervenções digitais do Programa proposto irão todas aderir às boas práticas internacionais em termos de normas e medidas de cibersegurança e proteção de dados. Todo o suporte a plataformas e sistemas digitais atenderá e praticará padrões de cibersegurança. Todos os dados recolhidos, processados e partilhados serão feitos de acordo com as boas práticas internacionais e em conformidade com a Lei de Proteção de Dados de Angola de 2011. Estas intervenções (subcomponente 1.4) complementarão as intervenções propostas no âmbito do projeto pipeline digital (P180693), que visa reforçar o enquadramento legal e regulamentar da economia digital de Angola, através do reforço da nascente função de cibersegurança do país e através do reforço da capacidade da Agência de Proteção de Dados.



para estabelecer processos internos, tais como a adjudicação de supervisão, a montagem de organismos de acreditação e a comunicação acessível do quadro de gestão dos mecanismos de garantia da qualidade. Será igualmente incluída assistência técnica para a revisão do quadro regulamentar em torno da acreditação, de modo a que o sistema inclua incentivos e sanções em consequência do cumprimento/incumprimento. A nível *institucional*, a subcomponente financiará a assistência técnica para modernizar as normas e os prazos de avaliação e acreditação, começando pelas autoavaliações para as IES, seguidas de avaliações externas independentes dos programas e das qualificações dos docentes. As despesas elegíveis para realizar o conjunto de atividades acima incluem serviços de consultoria para avaliadores externos, custos operacionais para cobrir viagens, computadores e outros equipamentos de escritório e transporte para o INAAREES cumprir seu mandato regulatório.

47. O fortalecimento do mecanismo de QA e da capacidade do INAAREES aumentará o número de ofertas educacionais reconhecidas e a qualidade dos programas e da instrução em todo o setor. Rever e acelerar o processo de acreditação levará a um maior número de programas, cursos, certificações e microcredenciais relevantes oferecidos no ensino superior, bem como a uma maior aceitação dos mesmos. O reforço da capacidade de avaliação, avaliação e inspeção resultará na melhoria da qualidade e relevância curricular destes programas, incluindo o alargamento da base de evidências de como a acreditação melhora os resultados do mercado de trabalho (através de uma avaliação de impacto). Uma melhor gestão dos dados resultaria numa maior capacidade regulamentar e de gestão do INAAREES.

Subcomponente 2.2: Melhorar a qualidade da instrução, o acesso equitativo e a relevância industrial dos programas em áreas estratégicas prioritárias (US\$50 milhões)

48. Este subcomponente procura aumentar a relevância do programa académico para satisfazer as necessidades de competências da indústria. As novas áreas de estudo incluem as que equipam os participantes no mercado de trabalho com as competências necessárias para tornar os setores tradicionais (por exemplo, agricultura, transportes, água ou energia) mais preparados para prosperar numa economia global cada vez mais digitalizada, e as que se concentram em equipar os estudantes para ajudar Angola a adaptar-se ou mitigar o impacto das alterações climáticas. A promoção de ligações mais fortes entre as IES e o sector privado assegurará um maior alinhamento entre a procura e a oferta e preparará melhor os jovens angolanos para se tornarem inovadores, empresários e líderes de amanhã. As medidas para alcançar vínculos reforçados com a indústria incluem: (i) participação de representantes da indústria em comitês de reforma curricular de IES, (ii) estágios para estudantes, (iii) participação de profissionais como professores visitantes, pesquisas com empregadores e ex-alunos para buscar feedback sobre a qualidade e relevância dos programas, e (v) projetos conjuntos de pesquisa aplicada com a indústria.

49. Será também colocada a tónica em ações que abordem a disparidade de género nestas instituições. As intervenções para este fim incluem (i) ações de sensibilização para aumentar a matrícula de estudantes do sexo feminino, (ii) medidas de discriminação positiva a favor de estudantes do sexo feminino academicamente qualificadas e (iii) medidas de retenção adequadas (bolsas de estudo, apoio psicológico e académico) para aumentar as hipóteses de sucesso das estudantes do sexo feminino. Para apoiar este objetivo, está em curso um trabalho analítico no âmbito do PPA para compreender melhor os fatores determinantes da desigualdade de género e informar as ações destinadas a eliminar os obstáculos que se colocam às mulheres no acesso e na conclusão do ensino superior. Isso inclui ações para tornar as escolas mais seguras, implementando uma política de tolerância zero em relação à violência de género relacionada à escola (SRGBV).

50. As modalidades operacionais específicas para alcançar os objetivos acima referidos refletir-se-ão em planos



de desenvolvimento institucional, a elaborar pelas IES. Serão elaborados planos de *desenvolvimento institucional* (PDIs), com assistência técnica do MESCTI. Enquanto às IES será dada autonomia para desenhar o melhor plano contextualizado para a sua instituição, os resultados finais a alcançar serão selecionados a partir de um menu pré-definido de opções (por exemplo, criar X novos programas, aumentar as inovações pedagógicas, aumentar a retenção de alunos ou reduzir as disparidades de gênero em Y%), com metas a negociar entre IES e MESCTI, a financiar através de acordos baseados nos resultados assinados entre o MESCTI e as IES participantes.

51. Os Acordos Baseados em Resultados (RBAs) serão premiados de forma competitiva. Apoiarão o progresso na consecução dos seguintes objetivos alinhados com o plano de desenvolvimento institucional de cada IES:

- i. Corrigir as disparidades, especialmente através do aumento da participação feminina em programas STEM e de uma maior proporção de docentes do sexo feminino;
- ii. Criação de novos programas baseados em áreas de escassez persistente (como especialistas em E&S) e necessidades futuras ligadas à agenda nacional de diversificação económica, transição digital, economia verde e economia azul;
- iii. Reforço da capacidade de investigação através de uma maior qualificação do corpo docente e da criação de centros de excelência, preferencialmente de natureza interdisciplinar;
- iv. Reforço da capacidade de transferência de tecnologia e comercialização de aplicações de investigação aplicada universitária;
- v. Aumento da eficiência interna para otimizar a utilização dos recursos disponíveis e reduzir a proporção de alunos que abandonam ou repetem;
- vi. Modernização da governança e gestão para trazer maior flexibilidade e eficiência; e ainda
- vii. Diversificação de recursos através, por exemplo, de angariação de fundos, consultorias, contratos de investigação.

52. **Para serem elegíveis, as IES interessadas terão de preparar um PDI.** As despesas elegíveis ao abrigo das RBA incluirão (i) despesas de consultoria, (ii) workshops e cursos de formação, (iii) equipamento científico, software e obras menores, (iv) bolsas de estudo (por exemplo, para a formação de estudantes de doutoramento) e (v) custos operacionais (por exemplo, despesas de deslocação).

Subcomponente 2.3: Estabelecer uma Rede Nacional de Investigação e Educação (NREN) e melhorar as redes universitárias (US \$15 milhões)

53. **Esta subcomponente irá estabelecer uma NREN em Angola para ligar as IES de Angola a uma Internet de banda larga acessível, fiável e de alta velocidade e, assim, aumentar a capacidade do país para realizar investigação online e expandir o uso da tecnologia no ensino superior.** As NRENs facilitam recursos pedagógicos e de pesquisa entre instituições interligadas, permitindo o estabelecimento de plataformas colaborativas e permitindo o compartilhamento de aplicações e serviços específicos para comunidades de ensino e pesquisa.

54. **As atividades no âmbito desta subcomponente incluirão assistência técnica e consultoria, modernização de infraestruturas, formação e custos operacionais para a criação da AngoREN e apoio à modernização das redes locais das IES.** As atividades para a criação da AngoREN incluem (i) um estudo de viabilidade (financiado ao abrigo do PPA) para definir de forma inclusiva a estrutura de gestão e financiamento da AngoREN, incluindo a instituição de ensino ou sem fins lucrativos que acolherá a NREN, (ii) apoio à criação da AngoREN (incluindo apoio financeiro limitado para



pessoal técnico e de gestão), (iii) pré-pagamento em nome das IES para conectividade internacional e nacional para ligar as IES participantes (para 10-15 anos), (iv) equipamento de rede e redes Wi-Fi do campus (incluindo fontes de energia fiáveis) para um número selecionado de IES, (v) formação técnica e capacitação para técnicos para gerir e manter o AngoREN, e (vi) taxas de adesão à rede NREN regional (UbuntuNet Alliance).

55. **Esta componente assegurará uma conectividade de banda larga de alta velocidade fiável e a preços acessíveis às IES participantes (tirando partido das poupanças de custos através de compras em massa e da criação de um clube de compradores), alargando consideravelmente a cobertura a estudantes e docentes. Para garantir que as IES de Angola possam usufruir dos benefícios que uma NREN oferece, serão também realizados investimentos nas redes locais e laboratórios de informática das IES. Para além da conectividade, uma ligação à comunidade NREN regional e internacional permitirá também uma vasta gama de serviços educativos e de investigação partilhados, incluindo recursos educativos abertos, sistemas de gestão da aprendizagem e cursos em linha abertos a todos (MOOC). O acesso ampliado à conectividade de banda larga atuará como um facilitador para fortalecer a competência digital de professores, funcionários e estudantes de IES, bem como funcionários do MESCTI, beneficiando, em última análise, pelo menos 9 IES na Fase 1 (representando cerca de 40.000 estudantes).**

Subcomponente 2.4: Digitalizar a prestação de serviços no ensino superior e desenvolver competências digitais (US\$10 milhões)

56. **Esta subcomponente irá trabalhar para digitalizar a prestação de serviços no ensino superior para melhorar a eficiência e a qualidade.** Esta componente criará o ambiente propício dentro das IES de Angola para a aceleração digital do país. Tal inclui a modernização das instalações físicas e digitais necessárias para permitir que as IES tirem partido da pedagogia e dos materiais de aprendizagem em linha. bem como assegurar um HEMIS do ensino superior regularmente atualizado com dados sólidos para o planeamento e a tomada de decisões baseadas em dados concretos. Em termos de capacitação, os docentes e funcionários das IES serão formados em competências digitais para utilizar plataformas digitais e ministrar cursos nestas áreas. Finalmente, a subcomponente também apoiará o trabalho analítico e de assistência técnica para promover a transformação digital no setor do ensino superior, como o desenvolvimento do conceito para a primeira rede universitária virtual de Angola como medida para expandir o acesso e reduzir as barreiras ao ensino superior, particularmente para mulheres e outros grupos marginalizados.

57. **As atividades no âmbito desta subcomponente incluem assistência técnica, pequenas obras, formação e custos operacionais.** As atividades para digitalizar a prestação de serviços incluem (i) uma avaliação (a financiar ao abrigo do PPA) para compreender a capacidade e as necessidades atuais das IES em termos de manutenção de laboratórios de informática e plataformas digitais (incluindo orçamentos operacionais e custos de licenciamento, para garantir a sustentabilidade); (ii) pequenas obras para financiar novos centros digitais e/ou modernizar os existentes nas IES; (iii) modernização do ensino superior HEMIS (incluindo a formação e a gestão da mudança); (iv) desenvolvimento e implementação de um programa de formação em competências digitais direcionado, baseado nas necessidades, para docentes e funcionários das IES (utilizando conteúdos em linha existentes); (v) desenvolvimento e implementação de um programa de aperfeiçoamento e requalificação centrado nas competências digitais para o pessoal do MESCTI (incluindo um programa de monitorização); e (vi) conceptualizar a primeira rede universitária virtual de Angola (incluindo estudo de viabilidade e prova de conceito). Isso também pode incluir capacitação inovadora e just-in-time, como treinamento sobre como alavancar tecnologias como o ChatGPT para melhorar a eficácia e a eficiência nas tarefas diárias. As pequenas obras limitar-se-ão à renovação de instalações existentes, tais como a estabilização da eletricidade e



instalações adequadas de instalações e equipamentos digitais em IES selecionadas. O financiamento em torno do HEMIS será organizado em duas categorias. A primeira categoria teria como objetivo atualizar o setor de ensino superior HEMIS para coletar mais e mais dados robustos, bem como apoiar a interoperabilidade desses dados através de diferentes aplicações dentro do HEMIS. A segunda categoria de financiamento terá como objetivo capacitar os técnicos do MESCTI para coletar, analisar e usar dados para a tomada de decisões.

Componente 3. Fortalecer a capacidade de gestão, monitoramento e avaliação (US\$15 milhões)

58. **Esta componente investirá na construção dos sistemas de ensino superior e das capacidades de gestão do MESCTI e das IES para reforçar a governação do setor.** Os sistemas prioritários visados para reforço são a gestão de dados (recolha, análise, publicação e divulgação) e a gestão das finanças públicas (planeamento orçamental, fluxos financeiros, execução e apresentação de relatórios), em consonância com a iniciativa de transparência do orçamento aberto.³² Do lado da gestão de dados, para além do HEMIS que será integrado em todo o setor (Componente 2.4), será desenvolvido um Painel de Parcerias que³³ mede a eficácia operacional dos acordos com a indústria para monitorizar o progresso das parcerias, com foco nos resultados. As capacidades de gestão são as atividades de planeamento, monitorização e avaliação para melhor coordenar o setor e responsabilizar os intervenientes. Combinado com os sistemas de dados, tal permitirá uma maior concentração nos resultados em todo o setor e uma elaboração de políticas mais baseada em dados concretos, especialmente no que diz respeito a ciclos de feedback de informação que permitem que as instituições de ensino superior sejam mais orientadas para áreas estratégicas prioritárias.

59. **As atividades no âmbito desta componente incluem assistência técnica, formação e custos operacionais.** No que diz respeito ao reforço da capacidade financeira e de gestão de projetos do MESCTI, serão contratados consultores para ajudar a desenvolver e reforçar manuais operacionais para a gestão do sector do ensino superior. A capacidade de gestão das instituições de ensino superior será reforçada através da prestação de assistência técnica para melhorar as competências de gestão dos administradores das instituições de ensino superior, nomeadamente nos domínios ambiental e social.

C. Beneficiários do projeto

60. **Os beneficiários do projeto são estudantes, docentes de instituições de ensino superior, equipas de gestão de IES e gestão setorial em geral.** No que diz respeito aos estudantes, mais de 120 000 estudantes³⁴ beneficiarão diretamente dos investimentos no âmbito da Fase 1. Isso inclui pelo menos 60.000 mulheres. Outros 3,2 milhões de estudantes beneficiarão indiretamente da melhoria do ensino nos níveis primário e secundário. O corpo docente das IES (incluindo as ITT) beneficiará com a modernização das condições de trabalho, tais como uma melhor conectividade à Internet, eletricidade mais fiável e condições de ensino e aprendizagem mais favoráveis. Isso provavelmente será especialmente verdadeiro para aqueles professores que lecionam em universidades que se beneficiarão das RBAs. As

³² <https://internationalbudget.org/>

³³ Exemplos de indicadores da robustez das parcerias podem ser o número de estágios realizados; número e fator de impacto dos artigos científicos publicados na sequência de projetos de investigação aplicada com a empresa (incluindo publicações conjuntas entre investigadores universitários e profissionais das empresas); número de patentes desenvolvidas na sequência de projetos de investigação aplicada; número de novos programas concebidos em conjunto com as empresas ou profundamente redeseñados; número de profissionais que ministram cursos; número de professores que realizam trabalhos práticos nas empresas; e/ou duração da parceria.

³⁴ 69.000 graduados STEM, 42.000 estudantes que beneficiam da NREN e 16.000 graduados TTI, além de outros beneficiários diretos sob 2.1 e 2.4.



equipas de gestão das IES beneficiarão da assistência técnica prestada ao abrigo da Componente 3, especificamente no que diz respeito à elaboração de Planos de Desenvolvimento Institucional, e de uma maior autonomia no caso das IES beneficiárias de RBA. Para o MESCTI, os beneficiários incluem os funcionários públicos e formuladores de políticas que se beneficiarão das atividades de assistência técnica e capacitação incorporadas ao longo do Programa.

D. Justificação da participação dos bancos e papel dos parceiros

61. **A educação tem um papel fundamental na promoção do capital humano, que, por sua vez, impulsiona o crescimento e reduz a pobreza.** A educação é o bem público por excelência. Um maior nível de escolaridade está correlacionado com mais crescimento económico, melhores resultados em termos de saúde para a população e uma maior consciência cívica. Para Angola, mais e melhores professores no nível primário formados através do Programa trarão uma aprendizagem fundamental mais forte em todo o sistema. Graduados mais qualificados das Faculdades de Medicina do país se traduzirão em prestação de serviços de saúde de maior qualidade. Maiores investimentos em I&D são pré-requisitos para impulsionar a inovação e ser pioneiros na resposta a desafios complexos como as alterações climáticas. Por último, estes investimentos contribuirão também para concretizar a agenda de adaptação às alterações climáticas. De acordo com a CCDR, ajudar Angola a adaptar-se às alterações climáticas requer novas competências em sectores existentes (por exemplo, agricultura, água), bem como em novos sectores (por exemplo, energias renováveis).

62. **O valor acrescentado do Banco Mundial para o sector da educação em Angola assume a forma de serviços de conhecimento, serviços de convocação e apoio financeiro.** O Banco Mundial é o líder mundial no financiamento do ensino superior, com mais de cinco décadas de experiência a ajudar os clientes a expandir e melhorar os seus sistemas de ensino superior. Um exemplo é o recente relatório emblemático – Steering Tertiary Education, Towards Resilient Systems that Deliver for All (STEER) – que identifica políticas que podem promover uma recuperação resiliente.³⁵ O poder de convocação do Banco Mundial reunirá parceiros e financiamento, ajudando Angola a aprender com os seus pares e líderes e alavancando apoio financeiro adicional ao sector. Por fim, o Banco Mundial é o maior parceiro financeiro de Angola no setor da educação, com um envelope de mais de US\$ 300 milhões desde 2013, principalmente nas áreas de melhoria do ensino, avaliação da aprendizagem, infraestrutura e educação de meninas.

E. Ensinos colhidos e progressos na agenda de aprendizagem

63. **O programa de trabalho analítico recentemente concluído³⁶ gerou várias lições que foram incorporadas nesta operação.** Em primeiro lugar, os objetivos estratégicos de GoA para expandir a oferta de educação para satisfazer a procura cada vez maior não podem ser alcançados sem a participação do sector privado. No entanto, a rápida expansão do sector privado deve ser acompanhada por mecanismos de garantia da qualidade que garantam que o crescimento não se faça à custa da qualidade. Em segundo lugar, embora as bolsas de estudo sejam um instrumento de política comum para aumentar o acesso às instituições de ensino superior, em Angola perpetuam as desigualdades no sistema. Como tal, foram feitas recomendações políticas para que as bolsas de estudo sejam utilizadas para corrigir as desigualdades. Por fim, os dados não estão sendo usados para informar a relevância de mercado do programa

³⁵ Arnhold, Nina; Bassett, Roberta Malee. Orientar o Ensino Superior: Rumo a Sistemas Resilientes que Proporcionam para Todos (Inglês). Washington, D.C.: Grupo do Banco Mundial. <http://documents.worldbank.org/curated/en/394931632506279551/Steering-Tertiary-Education-Toward-Resilient-Systems-that-Deliver-for-All>

³⁶ Análise do Ensino Superior de Angola e Diálogo Político ASA (P179154)



oferecido. Esta operação tem várias ações que procuram estreitar os laços entre a indústria e as IES.

64. **Os sistemas financeiros devem ser reorientados para os resultados.** O trabalho analítico mostrou que as instituições de ensino superior públicas em Angola estão subfinanciadas e carecem de um quadro de governação moderno. A abordagem baseada em resultados proposta trará recursos adicionais ligados à elaboração cuidadosa de planos de desenvolvimento institucional e medidas de melhoria para elevar a qualidade e a relevância dos programas. As RBAs foram informadas por experiências do Banco que mostraram resultados positivos nas regiões MENA, Ásia Oriental, Sul da Ásia e ALC.

65. **Persistem graves disparidades entre homens e mulheres nos programas STEM e entre os professores do ensino secundário e superior.** Foi proposta uma série de medidas complementares para resolver este problema através de intervenções financeiras e não monetárias, refletindo a experiência internacional e os resultados positivos obtidos nas operações do Banco no Sul da Ásia e na Região de África, nomeadamente os projetos dos Centros de Excelência Africanos, que resultaram em melhorias significativas no equilíbrio de género no ensino pós-graduado, incluindo programas STEM.

66. **Os programas de preparação de professores são mais eficazes quando se baseiam nas realidades da sala de aula que os seus alunos acabarão por experimentar.** Programas bem-sucedidos priorizam o desenvolvimento de um forte conhecimento de conteúdo e experiência pedagógica, para que os professores transmitam efetivamente o assunto para alunos diversos. Em segundo lugar, eles incorporam experiências de sala de aula extensas e de alta qualidade para fornecer aos professores aspirantes uma valiosa exposição em sala de aula do mundo real. Um Memorando de Entendimento nacional entre o MED e o MESCTI garantirá que os futuros professores tenham uma formação prática considerável nas salas de aula. A adoção da ferramenta de observação da sala de aula TEACH também ajudará a sistematizar o foco na experiência em sala de aula.

67. **O Projeto beneficia da vasta experiência do Banco Mundial no apoio às NRENs em toda a África, incluindo Moçambique, Quênia e África do Sul.** As NRENs têm se mostrado fundamentais na promoção da colaboração e do compartilhamento de conhecimento entre instituições de ensino e pesquisa em todo o continente. . A criação de NREN sólidas também incentivou o reforço das capacidades e o desenvolvimento de competências no domínio das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), promovendo a literacia digital e permitindo aos utilizadores tirar partido das ferramentas digitais. Mais importante ainda, a implementação bem-sucedida de NRENs na África ressalta a importância de modelos de financiamento sustentáveis, estruturas de governança fortes e colaborações regionais para garantir a viabilidade e eficácia a longo prazo dessas redes no apoio a iniciativas de educação e pesquisa.

III. MODALIDADES DE EXECUÇÃO

A. Disposições institucionais e de execução

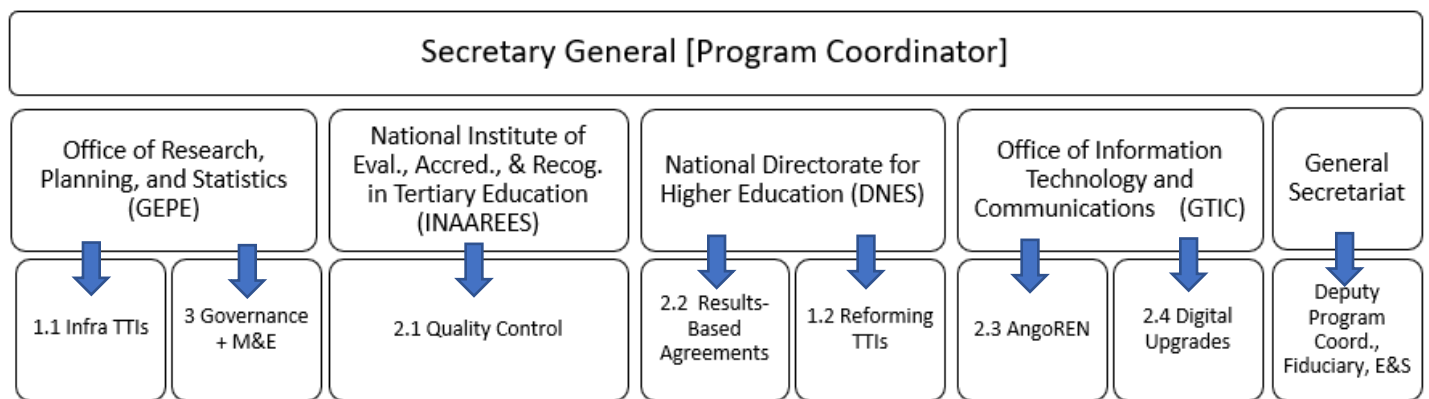
68. **O Programa proposto será implementado pelo MESCTI que será responsável pela governança geral, operacionalização técnica e gestão fiduciária do Programa.** O Programa ficará alojado na Secretaria-Geral do MESCTI, com o Secretário-Geral atuando como Coordenador do Programa. Cada componente é da responsabilidade de uma Direção MESCTI. No âmbito do PPA em curso, foram recrutados e formados especialistas para garantir o cumprimento dos procedimentos do Banco. Isso inclui um Gerente de Programa Adjunto, um Especialista em Gestão Financeira, um



Especialista em Compras e um Especialista em Meio Ambiente e um Especialista em Desenvolvimento Social (ver Figura 5).

69. **O Manual Operacional do Programa (POM) orienta a implementação de todas as intervenções no âmbito de cada Componente.** O POM é estruturado por Componente do Programa, detalhando as políticas e procedimentos, funções e responsabilidades, e os resultados esperados para todas as atividades do Programa. Os capítulos específicos abrangem os tópicos da gestão financeira, dos contratos públicos, da gestão dos riscos ambientais e sociais (incluindo o mecanismo de reparação de queixas) e da monitorização e avaliação globais. O POM é revisado e atualizado conforme necessário, pois o MESCTI aprende com a experiência operacional e precisa corrigir o curso.

Figura 5. Modalidades de execução



B. Mecanismos de acompanhamento e avaliação dos resultados

70. **O MPA possui sistemas robustos de M&E que monitoram e relatam resultados em diferentes níveis do sistema.** O Sistema de Informação de Gestão do Ensino Superior (HEMIS) do setor será modernizado (Componente 3), uma vez que a maioria das IES não reporta atempadamente os dados básicos do setor. A NREN irá percorrer um longo caminho para garantir que as instituições tenham um acesso fiável à Internet, uma razão comum para os atrasos na comunicação atempada dos dados. Juntamente com o HEMIS atualizado, um programa de assistência técnica está em implementação para fortalecer a gestão institucional, começando pelo próprio ministério. Um componente central da AT de gestão de dados é a introdução de métricas de desempenho nos níveis institucional e individual, que servem para sustentar os acordos baseados em resultados entre as IES e o MESCTI.

71. **Incorporada na agenda de aprendizagem está uma abordagem multifacetada da avaliação.** Em primeiro lugar, as avaliações de processos são integradas nas atividades das componentes 1.1, 1.2 e 2.2 para ver como os processos operacionais de apoio às instituições de ensino superior e às ITT podem ser reforçados. Em segundo lugar, avaliações de longo prazo dos resultados são incorporadas ao próprio sistema de ensino superior, incluindo estudos de rastreamento que informarão onde os graduados acabam e como eles se saem no mercado de trabalho.

C. Sustentabilidade

72. **Os investimentos no âmbito deste programa têm as seguintes três dimensões de sustentabilidade.** Em primeiro lugar, a operação é sustentável do ponto de vista orçamental porque os investimentos em educação no ensino



superior geram elevados retornos sobre o investimento, ³⁷uma vez que os aumentos do capital humano e da produtividade resultam em maiores rendas para o governo através do crescimento económico e de impostos mais elevados. Em segundo lugar, as ações são tecnicamente sustentáveis porque as atualizações de investimento nas instituições durarão gerações, e são combinadas com orçamentos de manutenção através das RBAs, para garantir que os investimentos sejam bem cuidados. Em terceiro lugar, as atividades são operacionalmente sustentáveis, uma vez que constroem a capacidade de gestão de modo a que as instituições reforçadas (sejam IES ou a nível setorial através do MESCTI e do INAAREES) sejam capazes de perpetuar boas práticas de gestão. A fase 2 baseia-se nestes alicerces, de modo a que o PforR possa alavancar as realizações destas instituições. A fase 3 amplia os investimentos através de um PIF subsequente.

³⁷ O ROI é mais elevado ao nível do ensino superior, e África tem o maior ROI no ensino superior de todas as regiões do mundo (Arnhold e Bassett, 2022).



IV. RESUMO DA AVALIAÇÃO DO PROJETO

A. Análise técnica, económica e financeira (se aplicável)

73. **Uma análise custo-benefício sugere que, mesmo sob pressupostos conservadores, o TEST produzirá retornos elevados.** Espera-se que os ganhos na aprendizagem dos alunos se traduzam em ganhos futuros mais elevados no mercado de trabalho. De acordo com a avaliação realizada pelo Banco Africano de Desenvolvimento com³⁸ base nos dados do Inquérito Sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola 2018 (IDREA³⁹), a taxa de regresso à escolaridade está correlacionada com o nível de ensino. A avaliação observou que os trabalhadores com o ensino secundário inferior têm uma taxa de retorno de 48 por cento, o nível de ensino secundário superior tem uma taxa de retorno de 96 por cento. A maior taxa de retorno foi observada para indivíduos com nível completo de ensino superior, com 276%. Os retornos são ligeiramente mais elevados para as mulheres com nível superior de ensino secundário (91,6 por cento) do que para os homens (85,83 por cento). A análise de custo-benefício quantifica esses retornos monetários privados da melhoria da educação para os beneficiários do projeto e os avalia em relação ao envelope de financiamento de US\$ 200 milhões da Fase 1. Para obter o prêmio salarial futuro estimado, a equipe aproveitou os dados disponíveis da última Pesquisa da Força de Trabalho e as evidências existentes sobre os retornos à educação. Com base em suposições sobre o número de beneficiários e sua entrada esperada no mercado de trabalho, o Valor Presente Líquido (VPL) estimado é de US\$ 1.740,3 milhões com uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 16,3%. A análise de sensibilidade produz uma faixa de VPL de US\$ 197 milhões a US\$ 8.900 milhões, com TIR entre 9,2% e 23,2%.

74. **A análise custo-benefício não capta os benefícios intangíveis nem as externalidades sociais.** Os benefícios a longo prazo do reforço da educação a nível dos sistemas, em consonância com as melhores práticas internacionais, não podem ser totalmente quantificados. A longo prazo, uma melhor aprendizagem dos alunos pode contribuir para melhorar os resultados em termos de saúde e reduzir a criminalidade. Como tal, os resultados da análise custo-benefício representam uma estimativa conservadora e não captam totalmente toda a gama de benefícios esperados no âmbito do Programa.

75. **Alinhamento de Paris.** A operação está alinhada com os objetivos do Acordo de Paris (AP) em matéria de mitigação e adaptação. A ZMP apoia Angola na consecução dos seus objetivos de resiliência climática, tal como delineado na AP.

- **Avaliação e redução dos riscos de adaptação:** Foi realizada uma análise dos riscos climáticos e de catástrofes e uma avaliação da AP. Os principais riscos climáticos e de catástrofes em Angola incluem chuvas fortes e inundações, bem como secas causadas pelo aumento das temperaturas. Esses eventos climáticos podem representar alguns riscos para as atividades do Programa, potencialmente afetando a infraestrutura em áreas propensas a inundações e ambientes escolares suscetíveis a ondas de calor. O Programa irá gerir os riscos climáticos e de catástrofes através de medidas de adaptação específicas. De facto, esta operação decorre diretamente da CCDR Angola, implementando especificamente as recomendações no âmbito do Pathway 5 - Impulsionar o capital humano e fomentar uma cultura de preparação climática. Tal reduzirá os potenciais riscos climáticos para níveis aceitáveis. Especificamente, as atividades do Programa visam reduzir a vulnerabilidade climática e construir a resiliência da população, preparando alunos e

³⁸ https://www.afdb.org/sites/default/files/documents/publications/wps_no_371_determinants_of_labor_market_outcomes_in_angola_.pdf

³⁹ https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637494434197630178.pdf



professores para lidar com os choques induzidos pelas mudanças climáticas por meio de currículos climáticos e treinamento de conscientização. Todas as atividades de infraestruturas estarão em conformidade com as orientações relativas aos edifícios descritas no Urban Toolkit, especificamente que os códigos de construção locais têm normas de desempenho energético equivalentes à Certificação EDGE de Nível 1, ou cumprem de outra forma os critérios para a etapa M2.

- **Avaliação e redução dos riscos de mitigação:** Além disso, uma avaliação das atividades da operação não encontrou potenciais impactos negativos na transição dos países para uma trajetória de desenvolvimento com baixas emissões de gases com efeito de estufa. O Programa trabalha diretamente para ajudar Angola a diversificar-se de uma economia dependente do petróleo, apoiando centralmente os esforços do país para cumprir as suas metas NDC de redução das emissões de GEE. Além disso, todas as atividades financiadas através da operação figuram na lista de atividades universalmente alinhadas para mitigação. A única área do desenho do Programa que não está alinhada universalmente envolve atividades de infraestrutura (reabilitação e construção de TTI). Espera-se que esta infraestrutura seja de baixo risco, ou seja, as instalações apoiadas pelo Programa serão totalmente eletrificadas e conectadas à rede. A conceção e a construção irão potenciar a utilização de tecnologias eficientes do ponto de vista energético para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, sempre que possível, utilizando medidas de poupança de energia, tais como sistemas solares e lâmpadas economizadoras de energia. As instalações serão equipadas com sistemas de ventilação e paredes e janelas bem isoladas para minimizar as perdas de energia. O Programa seguirá as melhores práticas na compra dos equipamentos mais eficientes em termos energéticos disponíveis, sempre que possível. De um modo geral, não se espera que a nova construção conduza a um bloqueio a um sistema intensivo em carbono ou impeça a transição para alternativas hipocarbónicas. Além disso, o Programa vai priorizar um investimento mais estratégico em competências que permitam aos recém-chegados à força de trabalho ter empregos verdes e aqueles que estejam alinhados com os objetivos climáticos e de desenvolvimento de Angola. Esta é uma parte crítica do Componente 2 do Programa.

B. Fiduciário

(i) Gestão Financeira

76. Foi realizada uma Avaliação de FM para avaliar a adequação dos arranjos de FM para a implementação do Programa proposto. Ao fazê-lo, a avaliação foi realizada de acordo com as Diretivas e a Política de Financiamento de Projetos de Investimento (IPF) e com as Orientações do Banco Mundial sobre FM nas Operações IPF do Banco Mundial, emitidas em 28 de fevereiro de 2017. O PPA fornece apoio FM para a implementação do Programa. A recente revisão dos acordos de FM do MESCTI concluiu que os acordos de FM são atualmente satisfatórios.

77. **O desembolso das receitas dos empréstimos do BIRD será feito numa base de transação (declaração de despesas [SOE]).** O Programa proposto utilizará os seguintes métodos de desembolso: adiantamento, pagamento direto, reembolso e compromisso especial. O Banco Mundial oferecerá a flexibilidade de reduzir o limiar para o pagamento direto para facilitar os pagamentos a fornecedores estrangeiros de bens e serviços, devido a alguns desafios para os bancos comerciais sediados no país fazerem pagamentos a fornecedores estrangeiros de bens e serviços e contratantes. As agências de execução elaborarão relatórios financeiros intercalares (IFR) trimestrais não auditados e fornecerão esses relatórios ao Banco Mundial no prazo de 45 dias a contar do final de cada trimestre. As demonstrações financeiras do projeto serão auditadas pelo auditor externo independente do projeto em curso, em conformidade com as Normas



Internacionais de Auditoria (ISA) emitidas pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB) no âmbito da Federação Internacional de Contabilistas (IFAC). Os acordos globais de FM foram avaliados como adequados para garantir que as atividades do projeto são tratadas e financiadas com a devida consideração pela eficiência e economia. O risco global de FM é substancial devido, em parte, ao risco país, a problemas de capacidade no país e ao envolvimento de vários beneficiários.

78. **A conclusão geral da revisão fiduciária é que, apesar de algumas insuficiências identificadas, as disposições de execução são adequadas para fornecer garantias razoáveis de que o orçamento do programa será gerido de forma adequada.** A preparação do orçamento e o acompanhamento da execução, a contabilidade e os relatórios financeiros são considerados adequados. Os procedimentos detalhados para a contabilidade, relatórios e documentação das despesas serão descritos no POM.

(ii) Adjudicação de contratos

79. **Procedimentos de adjudicação de contratos.** As aquisições no âmbito do projeto serão realizadas de acordo com os 'Regulamentos de Compras para Mutuários do IPF' (Regulamentos de Compras) do Banco Mundial, datados de novembro de 2020, e as 'Diretrizes sobre Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção em Projetos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Subvenções do IDA', de 1º de julho de 2016, e outras disposições estipuladas no Acordo de Financiamento.

80. **Disposições relativas à adjudicação de contratos.** As modalidades de aquisição do PPA transitarão para a implementação do TEST, continuando o especialista em aquisições a desempenhar as suas funções.

81. **Resumo do PPSD.** O mutuário elaborou a Estratégia de Aquisição de Projetos para o Desenvolvimento (PPSD). A equipe de compras do Banco Mundial forneceu o apoio e a orientação necessários ao mutuário na preparação do PPSD. Considerando a complexidade do projeto, foi elaborado um PPSD simplificado.

82. **Capacidade de aquisição.** As atividades de aquisição serão realizadas pela Secretaria-Geral no MESCTI. A equipe é composta por um especialista em compras contratado para o Programa, juntamente com um funcionário público. Serão necessárias ações de reforço das capacidades, incluindo a) o recrutamento de assistentes qualificados para os contratos públicos, b) o conhecimento da regulamentação em matéria de contratos públicos e c) a adjudicação de obras. Foi elaborado um manual de operações, incluindo as secções de compras e gestão de contratos. Este manual estabelece claramente os processos internos de aprovação e a partilha de informações para manter as decisões de aquisição tanto quanto possível a nível operacional.

83. **O risco residual associado ao projeto, considerando as medidas de mitigação mencionadas no parágrafo anterior, é substancial.**

C. Políticas Operacionais Legais



Políticas Operacionais Legais

Acionado?

Projetos no âmbito do PO Hidrovias Internacionais 7.50

Não

Projetos em Zona Disputada PO 7.60

Não

D. Ambiental e Social

84. **Os riscos ambientais e sociais são moderados. A escala de investimentos a apoiar no âmbito do Programa vai desde a pequena (instalação de infraestruturas digitais) à média escala (obras de expansão e reabilitação).** Não se espera que as atividades propostas gerem riscos e impactos adversos significativos, diversos ou sem precedentes, no ambiente e nos seres humanos. No âmbito da componente 1.3, o projeto apoia instalações de infraestruturas digitais, incluindo a garantia de fontes de energia fiáveis (por exemplo, através de painéis solares) e a reabilitação de laboratórios de informática e instalações conexas. É também provável que essas atividades tenham impactos mínimos, uma vez que serão implementadas dentro das instalações existentes ou do direito de passagem existente (ROW).

85. **Os investimentos propostos em infraestruturas associados a estas atividades podem gerar impactos adversos diretos e indiretos relacionados com:** (i) gestão de resíduos durante a fase de construção, (ii) questões de saúde e segurança ocupacional para os trabalhadores contratados, (iii) incómodos relacionados com emissões de ar, ruído e poeiras, incluindo um aumento da geração de resíduos eletrónicos. No entanto, espera-se que esses riscos e impactos sejam de média escala, reversíveis, de duração limitada (fase de construção) e específicos do local. Os potenciais riscos sociais estão relacionados com a distribuição dos benefícios do projeto e as questões de inclusão social, especialmente relacionadas com as mulheres (estudantes e professores) e outros grupos vulneráveis (como as pessoas com deficiência) e com a igualdade de acesso a oportunidades no ensino, aprendizagem, investigação e financiamento no ensino superior. Como algumas obras civis são previstas no âmbito do projeto, e o fluxo de mão de obra relacionado à atividade de construção, algumas interações entre a força de trabalho do projeto e os membros da comunidade que apresentam riscos potenciais de SEA/SH são antecipadas. Além disso, as interações entre instrutores e alunos (do sexo feminino) podem resultar em algum risco relacionado ao SEA/SH. A classificação de risco SEA/SH deve ser novamente avaliada logo que sejam conhecidas localizações específicas dos projetos.

86. **No geral, não se espera que as atividades do Programa tenham impactos adversos significativos, diversos ou sem precedentes no meio ambiente e/ou nas pessoas afetadas nesta fase.** A fim de gerir os riscos ambientais e sociais associados ao projeto, o mutuário desenvolveu um Quadro de Gestão Ambiental e Social (ESMF), incluindo um Plano de Ação de Prevenção e Resposta SEA/SH como anexo durante a fase de preparação, que foi divulgado antes da avaliação do Programa. O ESMF apresenta uma panorâmica do projeto e das suas componentes, os quadros legislativos e regulamentares e as políticas aplicáveis, bem como uma panorâmica das condições de base e um resumo dos principais impactos ambientais e sociais previstos. Além disso, fornece medidas de mitigação e monitorização e uma ferramenta de análise de E&S para avaliar e classificar os impactos ao nível do subprojeto e fornece orientações para a preparação de avaliações de impacto ambiental e social a nível de subprojeto e para a preparação de planos de gestão ambiental e social (ESMP) específicos do subprojeto, planos de saúde e segurança no trabalho (OHSP) específicos do subprojeto, Planos de Gestão de Tráfego (TMPs), bem como procedimentos Chance find durante a fase de implementação. Além disso, um Plano de Compromisso Ambiental e Social (ESCP), um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (SEP), um Procedimento de Gestão do Trabalho (LMP) e um Quadro de Política de Reassentamento (RPF) foram preparados, consultados e divulgados publicamente no país e no site do Banco Mundial (BM) antes da avaliação.



87. **O Programa integrou em sua concepção um programa de capacitação de longa data para lidar com as restrições de capacidade de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais (ESRM).** No âmbito do PPA, está em curso uma avaliação das necessidades para identificar lacunas e áreas de expansão entre instituições de ensino superior nas áreas do FSE. O resultado da avaliação servirá de base ao desenvolvimento de um currículo interdisciplinar no ESRM adaptado ao país que permita à IES produzir especialistas adequados à finalidade de apoiar programas/projetos de desenvolvimento. Além disso, pelo menos um (1) Especialista Ambiental dedicado e um (1) Especialista Social serão contratados através de um processo competitivo no âmbito do PPA. Os especialistas em E&S serão responsáveis pela supervisão dos aspetos ambientais e sociais do projeto, e serão essenciais no apoio à concepção e adoção de programas de capacitação na gestão de riscos de E&S (ESRM), incluindo na elaboração dos instrumentos de gestão de riscos ambientais e sociais.

88. **Violência baseada no género.** Abordar a violência baseada no género (VBG), incluindo a Agressão Sexual e o Assédio Sexual (SE/SH) no ensino superior, é uma atividade central deste Programa. As atividades são apoiadas pelo Projeto para compreender os fatores contextuais que conduzem ao GBV/SE/SH nas IES. Está a ser desenvolvida uma capacidade institucional para fazer face à VBG no sector. O componente 3 inclui atividades para fortalecer a capacidade do MESCTI para mitigação de riscos, prevenção e resposta ao GBV, incluindo o desenvolvimento e implementação de protocolos que penalizam estritamente o GBV/SE/SH no curto prazo. As propostas das instituições de ensino superior para financiamento do MESCTI no âmbito do projeto no âmbito da componente 2.2 serão necessárias para identificar atividades destinadas a abordar as disparidades entre homens e mulheres, incluindo a abordagem do GBV/SE/SH e a necessidade de tornar as instituições de ensino superior mais seguras para as mulheres. A componente 1 apoia atividades que sensibilizam os formandos de professores para o GBV/SE/SH nas escolas e comunidades e alinham esta formação com mecanismos de prevenção e resposta. Isso inclui o treinamento "Conheça seus direitos" para promover a conscientização sobre os direitos legais e capacitar os sobreviventes de GBV/SE/SH, incluindo conectá-los a serviços de apoio. Desta forma, o Programa apoia o GoA nos seus esforços para eliminar o GBV/SE/SH das escolas. O Programa desenvolverá um Código de Conduta e procedimentos relacionados para abordar quaisquer questões de GBV/SE/SH. O mecanismo de reparação de queixas (GRM) abordará igualmente as preocupações relacionadas com o GBV/SE/SH, em especial para as beneficiárias do sexo feminino. Para outras ações, ver anexo 1.

89. **Alterações climáticas.** O Programa aborda as vulnerabilidades climáticas e aumenta a resiliência em todos os componentes, alinhado às recomendações da CCDR. O Programa foi analisado quanto aos riscos climáticos. Todas as atividades de infraestrutura (US\$ 105 milhões) usarão avaliações de risco climático e medidas de design resilientes para informar as ações (por exemplo, melhorias na drenagem para controle de inundações, painéis solares para fornecimento de eletricidade). Os documentos de licitação exigirão o uso de materiais e projetos resilientes ao clima de origem local. No que diz respeito às habilidades climáticas, as RBAs (US\$ 50 milhões) financiarão o desenvolvimento de cursos em áreas de adaptação climática em setores prioritários, como água, transporte, agricultura e energia renovável. Por último, os currículos das instituições de ensino superior e das instituições de ensino superior serão adaptados às alterações climáticas, incluindo a preparação de professores conscientes do clima.

90. **Envolvimento do Cidadão (CE).** Os cidadãos têm estado envolvidos através de uma série de intercâmbios de aprendizagem e de uma visita de estudo realizada para líderes do ensino superior nos sectores público e privado de Angola. Foram realizadas consultas para entender os desafios e oportunidades dentro do setor que informaram a elaboração do Programa. A CE continuará a ser parte integrante das atividades do Programa, alavancando consultas, colaboração e GRMs. Além disso, serão realizadas consultas periódicas aos beneficiários, a fim de promover a responsabilização geral e a capacidade de resposta aos beneficiários, e será criado um GRM para suscitar e dar resposta



às preocupações dos beneficiários e de outras partes interessadas. Foi incluído um indicador no quadro de resultados que acompanha a EC.

V. SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE RECLAMAÇÕES

91. **Reparação de Agravos.** As comunidades e os indivíduos que acreditam que são afetados negativamente por um projeto apoiado pelo Banco Mundial podem apresentar queixas aos mecanismos de reclamação existentes a nível do projeto ou ao Serviço de Reparação de Queixas (GRS) do Banco. O GRS garante que as queixas recebidas são prontamente analisadas, a fim de resolver as preocupações relacionadas com o projeto. As comunidades e os indivíduos afetados pelo projeto podem apresentar a sua queixa ao Mecanismo de Responsabilização (AM) independente do Banco. O AM abriga o Painel de Inspeção, que determina se o dano ocorreu ou pode ocorrer, como resultado do não cumprimento de suas políticas e procedimentos pelo Banco, e o Serviço de Resolução de Disputas, que oferece às comunidades e mutuários a oportunidade de tratar reclamações por meio da resolução de disputas. As reclamações podem ser apresentadas à AM a qualquer momento, depois de as preocupações terem sido levadas diretamente ao conhecimento da Administração do Banco e depois de ter sido dada à Administração a oportunidade de responder. Para obter informações sobre como apresentar reclamações ao Serviço de Reparação de Reclamações (GRS) do Banco, visite <http://www.worldbank.org/GRS>. Para obter informações sobre como apresentar reclamações ao Mecanismo de Prestação de Contas do Banco, visite <https://accountability.worldbank.org>.

VI.PRINCIPAIS RISCOS

92. **A análise SORT (Systematic Operations Risk-rating Tool) classificou o risco global do projeto proposto como moderado.** Esta classificação baseia-se no atual contexto do país e na melhoria da governação após a mudança de liderança no partido no poder em 2017 e a reeleição em setembro de 2022 numa eleição geral fortemente disputada. Os principais riscos estão associados à capacidade institucional, uma vez que este é o primeiro investimento do Banco Mundial no ensino superior em Angola. Pode haver alguns desafios para criar capacidade para cumprir os procedimentos do Banco Mundial.

93. **Os riscos políticos e de governação são substanciais.** Muitas reformas foram implementadas durante o primeiro mandato da nova liderança do atual governo, mas as dificuldades sociais e econômicas persistem. Embora o novo governo defina as suas prioridades no próximo Plano Nacional de Desenvolvimento 2023-2027, poderá surgir alguma descontinuidade na agenda de reformas. O atual presidente mostrou determinação em implementar reformas e combater a corrupção, no entanto, a pressão crescente da sociedade civil e dentro do partido no poder pode reduzir sua capacidade de garantir o apoio político para continuar executando as reformas. Para contribuir para o diálogo político sobre o segundo mandato presidencial da atual administração, o Banco Mundial está a elaborar um novo CPF que dará oportunidades regulares para se envolver em profundidade com o Governo no que diz respeito às novas prioridades e objetivos.

94. **A classificação de risco da capacidade institucional é substancial.** O Governo introduziu regulamentos mais rigorosos sobre a utilização de financiamento público e a execução de contratos no sector público. A criação da Inspeção-Geral da Administração do Estado (IGAE), aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 242/20, de 28 de setembro, tem por missão efetuar o controlo administrativo interno da administração pública através da inspeção, auditoria, fiscalização, controlo, inquérito e averiguação de todos os órgãos, organismos e serviços da administração direta e



indireta do patrimônio do Estado. Embora o MESCTI seja capaz de executar contratos através do sistema de contratos públicos, o compromisso com o Banco Mundial é novo e exigirá apoio adicional para melhorar a capacidade de implementação de acordo com as normas e procedimentos do Banco Mundial.

95. **O risco da contratação pública é considerado substancial.** As atividades de adjudicação de contratos para o projeto serão geridas pela agência de execução. Foi recrutado pessoal especializado em aquisições. Embora este seja o primeiro projeto financiado pelo Banco Mundial a ser gerido pelo MESCTI, o Ministério tem experiência na implementação de projetos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). As aquisições no âmbito do Projeto serão realizadas de acordo com o Regulamento de Compras do Banco Mundial para Mutuários do IPF para Bens, Obras, Não Consultoria e Serviços de Consultoria, datado de novembro de 2020, e conforme alterado ao longo do tempo. O projeto estará sujeito às Diretrizes Anticorrupção do Banco Mundial, datadas de 15 de outubro de 2006, revisadas em janeiro de 2011, e a partir de 1º de julho de 2016, além de outras disposições estipuladas no Acordo de Financiamento. O Projeto utiliza o Acompanhamento Sistemático de Intercâmbios em Compras (STEP) para planejar, registrar e rastrear transações de compras. O mutuário elaborou um documento de Estratégia de Compras para o Desenvolvimento (PPSD), aprovado pelo Banco.

**VII. QUADRO DE RESULTADOS E ACOMPANHAMENTO****Indicadores DOP por Resultados DOP**

Início do estudo	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5	Período de Encerramento
Aumentar o número de diplomados em setores estratégicos						
Indicador 1 do nível PrDO: Número de diplomados com competências alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho dos setores estratégicos prioritários (Número)						
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Jan/2028	Dez/2033
8,400	9,000	10,000	13,000	17,000	20,000	40,000
Melhorar a qualidade dos diplomados						
Indicador 2 do Nível PrDO: Proporção de programas acadêmicos inspecionados acreditados pelo INAAREES (Porcentagem)						
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Jan/2028	Dez/2033
0	0	0	0	0	0	50% (de 90% acreditados)
Aumentar o envolvimento com o mercado de trabalho em setores estratégicos prioritários						
Indicador 3 do nível PrDO: Número de parcerias estabelecidas com intervenientes do setor privado a nível das instituições de ensino superior (número)						
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Jan/2028	Dez/2033
0	0	0	0	0	7	14
Melhoria da qualidade dos ingressantes no ensino superior						
Nível DOP Indicador 1: Proporção de mulheres em percentagem de novos estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas (Porcentagem)						
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027		Dez/2028
37	39	41	43	45		47
Nível DOP Indicador 2: Proporção de diplomados em formação de professores com desempenho satisfatório nas observações em sala de aula (Porcentagem)						
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027		Dez/2028
13	14	15	20	30		50
Governança e gestão sectoriais reforçadas						
Indicador de Nível de DOP 6: Número de IES transformadas através de RBAs (Número)						
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027		Dez/2028
0	0	0	3	3		6
Melhoria dos Programas em Áreas Estratégicas Prioritárias						
Nível DOP Indicador 3: Percentagem de programas inspecionados pelo INAAREES (Porcentagem)						



Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
0	0	10	20	50	90
Indicador de Nível DOP 4: Percentagem de programas académicos criados/revistos que incluem currículos relevantes para o clima (Percentagem)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
0	0	0	0	0	50
Nível DOP Indicador 5: Proporção de IES públicas ligadas aos sistemas nacionais de NREN (percentagem)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
0	0	11 (3)	11 (3)	22 (6)	33 (9)

Indicadores Intermediários por Componentes

Início do estudo	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Período de Encerramento
Componente 1. Melhorar a qualidade dos recém-chegados ao Ensino Superior através de uma melhor formação de professores					
Percentagem de mulheres que beneficiam de incentivos (bolsas) na CITE (Percentagem)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
0	0	0	0	0	50
Número de professores formados em TTIs (Número)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
6268	6500	7000	8000	12500	16000
Percentagem de professoras nos TTIs (Percentagem)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
36	38	40	42	44	46
Número de professores de STEM formados em TTIs (Número)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
1926	2000	2500	3000	4000	5000
Número de professores formados em ITTs (Número)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
0	100	250	500	750	1000
Professores recrutados ou formados (Número) ^{CRI}					
Jan/2022					Dez/2028
0					0
Jan/2022					Dez/2028
0					0



Componente 2. Melhorar a qualidade do ensino, a relevância dos currículos e a igualdade de gênero no ensino superior					
Número de deslocados internos aprovados (número)					
Jan/2022					Dez/2028
0					28
Porcentagem de cursos criados em colaboração com o mercado de trabalho (Porcentagem)					
Jan/2022					Dez/2028
0					100
IES reforçadas com infraestruturas adequadas (número)					
Jan/2022					Dez/2028
0					4
Criação da Estrutura Institucional AngoREN (consórcio) (Sim/Não)					
Jan/2022					Dez/2028
Não					Sim
Porcentagem de cursos criados nas áreas das alterações climáticas (Porcentagem)					
Jan/2022					Dez/2028
0					50
Número de cursos redesenhados nas áreas das alterações climáticas (Porcentagem)					
Jan/2022					Dez/2028
0					50
Média de anos para concluir uma licenciatura (Texto)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
7	7	7	6	6	5
Média de anos para concluir a graduação STEM (Texto)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
6	6	6	5	5	5
Média de anos para concluir a graduação em TTIs (Texto)					
Jan/2022	Jan/2024	Jan/2025	Jan/2026	Jan/2027	Dez/2028
7	7	6	6	5	4
Taxa de Abandono (Porcentagem)					
Jan/2022					Dez/2028
0					0
Taxa de abandono STEM (Porcentagem)					
Jan/2022					Dez/2028
0					0



Taxa Bruta de Matrícula (Porcentagem)					
Jan/2022					Dez/2028
10.7					15
Taxa bruta de inscrição STEM (porcentagem)					
Jan/2022					Dez/2028
0.30					0.40
Componente 3. Reforçar a capacidade de gestão, monitorização e avaliação					
Modelo de financiamento das IES reformulado (Sim/Não)					
Jan/2022					Dez/2028
Não					Sim
Número de IES com sistemas de gestão académicos e informatizados (Número)					
Jan/2022					Dez/2028
0					100
Painel de Parcerias Funcionais (Texto)					
Jan/2022					Dez/2028
Não					Sim

**Monitorização e Plano de Avaliação: Indicadores DOP por Resultados DOP**

Aumentar o número de diplomados em setores estratégicos	
Indicador 1 do nível PrDO: Número de diplomados com competências alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho dos setores estratégicos prioritários (Número)	
Descrição	Número de diplomados com competências alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho dos setores estratégicos prioritários.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	Anuário Estatístico do Ensino Superior
Metodologia para a Recolha de Dados	SIISIES
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Melhorar a qualidade dos diplomados	
Indicador 2 do Nível PrDO: Proporção de programas académicos inspeccionados acreditados pelo INAAAREES (Porcentagem)	
Descrição	Número de programas académicos novos/revistos acreditados pelo INAAAREES.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	Anuário Estatístico do Ensino Superior
Metodologia para a Recolha de Dados	SIISIES
Responsabilidade pela Recolha de Dados	INAAAREES
Aumentar o envolvimento com o mercado de trabalho em setores estratégicos prioritários	
Indicador 3 do nível PrDO: Número de parcerias estabelecidas com intervenientes do setor privado a nível das instituições de ensino superior (número)	
Descrição	Número de parcerias estabelecidas com intervenientes do setor privado a nível das instituições de ensino superior.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	Relatórios de Projeto
Metodologia para a Recolha de Dados	Inquéritos junto das instituições de ensino superior
Responsabilidade pela Recolha de Dados	SG
Melhoria da qualidade dos ingressantes no ensino superior	
Nível DOP Indicador 1: Proporção de mulheres em percentagem de novos estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas (Porcentagem)	
Descrição	Proporção de mulheres em percentagem de novos estudantes matriculados em instituições de ensino superior públicas.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	Anuário Estatístico do Ensino Superior
Metodologia para a Recolha de Dados	SIISIES
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Nível DOP Indicador 2: Proporção de diplomados em formação de professores com desempenho satisfatório nas observações em sala de aula (Porcentagem)	
Descrição	Proporção de formandos de professores com desempenho satisfatório nas observações de sala de aula.
FREQUÊNCIA	De 3 em 3 anos
Fonte de dados	Aplicação do TEACH
Metodologia para a Recolha de Dados	ENSINAR (Observações em Sala de Aula)
Responsabilidade pela	MED



Recolha de Dados	
Governança e gestão sectoriais reforçadas	
Indicador de Nível de DOP 6: Número de IES transformadas através de RBAs (Número)	
Descrição	Número de IES transformadas através de RBAs.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	Relatórios de Projeto
Metodologia para a Recolha de Dados	Inquéritos junto das instituições de ensino superior
Responsabilidade pela Recolha de Dados	DNES
Melhoria dos Programas em Áreas Estratégicas Prioritárias	
Nível DOP Indicador 3: Percentagem de programas inspeccionados pelo INAAREES (Percentagem)	
Descrição	Percentagem de programas acreditados pelo INAAREES.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	Anuário Estatístico do Ensino Superior
Metodologia para a Recolha de Dados	Processo INAAREES
Responsabilidade pela Recolha de Dados	INAAREES
Indicador de Nível DOP 4: Percentagem de programas académicos criados/revistos que incluem currículos relevantes para o clima (Percentagem)	
Descrição	Programas académicos criados/revistos que incluem currículos relevantes para o clima.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	DNES
Metodologia para a Recolha de Dados	Através do processo de harmonização curricular
Responsabilidade pela Recolha de Dados	DNES
Nível DOP Indicador 5: Proporção de IES públicas ligadas aos sistemas nacionais de NREN (percentagem)	
Descrição	Número de IES ligadas aos sistemas nacionais de NREN.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	Relatórios de Projeto
Metodologia para a Recolha de Dados	Inquéritos junto das instituições de ensino superior
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GTICI

Monitorização e Plano de Avaliação: Indicadores de Resultados Intermédios por Componentes

Componente 1. Melhorar a qualidade dos recém-chegados ao Ensino Superior através de uma melhor formação de professores	
Percentagem de mulheres que beneficiam de incentivos (bolsas) na CITE (Percentagem)	
Descrição	Percentagem de mulheres que beneficiam de incentivos na CITE.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Número de professores formandos em TTIs (Número)	
Descrição	Número de professores graduados nos IFPs.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE



Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Percentagem de professoras nos TTIs (Percentagem)	
Descrição	Percentagem de professoras nos IFPs.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Número de professores de STEM formados em TTIs (Número)	
Descrição	Número de professores graduados em STEAM nos IFPs.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Número de professores formados em ITTs (Número)	
Descrição	Número de professores do IFP treinados.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Professores recrutados ou formados (Número) ^{CRI}	
Descrição	
FREQUÊNCIA	N/A
Fonte de dados	
Metodologia para a Recolha de Dados	
Responsabilidade pela Recolha de Dados	
Número de professores formados (Número) ^{CRI}	
Descrição	
FREQUÊNCIA	
Fonte de dados	
Metodologia para a Recolha de Dados	
Responsabilidade pela Recolha de Dados	
Componente 2. Melhorar a qualidade do ensino, a relevância dos currículos e a igualdade de género no ensino superior	
Número de deslocados internos aprovados (número)	
Descrição	Número de deslocados internos aprovados.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE



Metodologia para a Recolha de Dados	Conforme publicado no Diário Oficial do País
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Percentagem de cursos criados em colaboração com o mercado de trabalho (Percentagem)	
Descrição	Percentagem de cursos criados em colaboração com o mercado de trabalho.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	DNES
Metodologia para a Recolha de Dados	Relatório do projeto
Responsabilidade pela Recolha de Dados	DNES
IES reforçadas com infraestruturas adequadas (número)	
Descrição	IES reforçadas com infraestruturas adequadas.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	
Metodologia para a Recolha de Dados	
Responsabilidade pela Recolha de Dados	
Criação da Estrutura Institucional AngoREN (consórcio) (Sim/Não)	
Descrição	Criação da Estrutura Institucional AngoREN (consórcio).
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os relatórios do projeto
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Percentagem de cursos criados nas áreas das alterações climáticas (Percentagem)	
Descrição	Percentagem de cursos criados nas áreas das alterações climáticas.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	DNES
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os relatórios do projeto
Responsabilidade pela Recolha de Dados	DNES
Número de cursos redesenhados nas áreas das alterações climáticas (Percentagem)	
Descrição	Percentagem de cursos redesenhados nas áreas das alterações climáticas.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	DNES
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os relatórios do projeto
Responsabilidade pela Recolha de Dados	DNES
Média de anos para concluir uma licenciatura (Texto)	
Descrição	Média de anos para concluir uma licenciatura.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Média de anos para concluir a graduação STEM (Texto)	



Descrição	Média de anos para concluir a graduação em STEAM.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Média de anos para concluir a graduação em TTIs (Texto)	
Descrição	Média de anos para concluir a graduação no IFPs.
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Taxa Bruta de Matrícula (Porcentagem)	
Descrição	Taxa Bruta de Matrícula do Ensino Superior
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Taxa bruta de inscrição STEM (percentagem)	
Descrição	Taxa Bruta de Matrícula do Ensino Superior em áreas STEM
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	GEPE
Metodologia para a Recolha de Dados	De acordo com os protocolos do Anuário Estatístico
Responsabilidade pela Recolha de Dados	GEPE
Componente 3. Reforçar a capacidade de gestão, monitorização e avaliação	
Modelo de financiamento das IES reformulado (Sim/Não)	
Descrição	Reformulação do modelo de financiamento das IES
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	SG
Metodologia para a Recolha de Dados	Os Pactos Jurídicos da República
Responsabilidade pela Recolha de Dados	SG
Número de IES com sistemas de gestão académicos e informatizados (Número)	
Descrição	
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	
Metodologia para a Recolha de Dados	
Responsabilidade pela Recolha de Dados	
Painel de Parcerias Funcionais (Texto)	
Descrição	
FREQUÊNCIA	Anual
Fonte de dados	



Metodologia para a Recolha de Dados	
Responsabilidade pela Recolha de Dados	



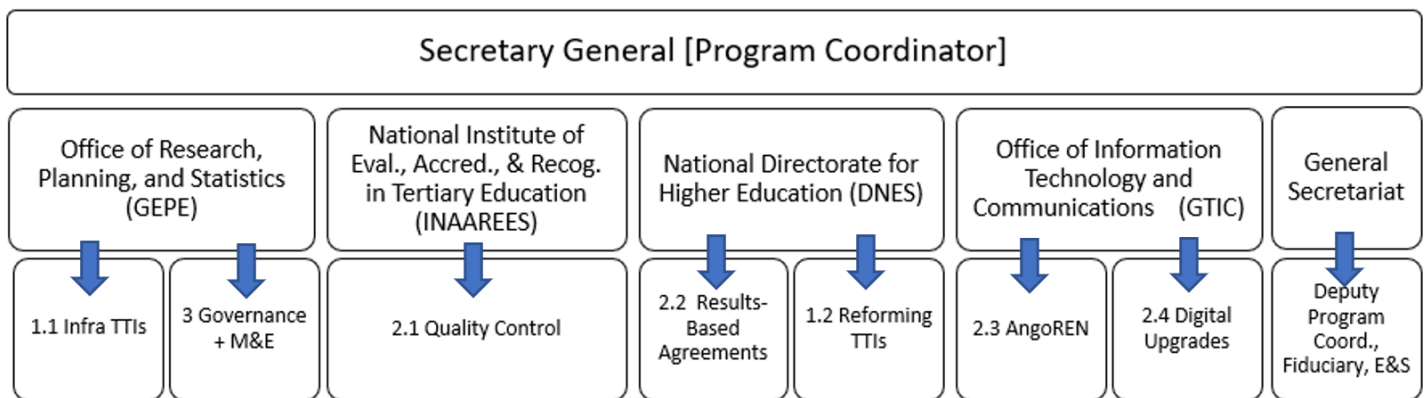
ANEXO 1: Modalidades de execução e plano de apoio

PAÍS: Projeto de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da República de Angola (TEST)

A. Disposições institucionais e de execução

1. **Ao contrário da maioria das operações em Angola, as modalidades de implementação do Programa proposto serão incorporadas nas estruturas do MESCTI em vez de alojadas numa Unidade de Implementação do Projeto.** O MESCTI será responsável pela boa governança geral, implementação técnica e gestão fiduciária do Programa. A coordenação será assegurada pelo Secretariado-Geral, com o Secretário-Geral a desempenhar as funções de Coordenador do Programa. Cada componente é da responsabilidade de uma Direção MESCTI (figura A1.1).

Figura A1.1 Disposições de execução



2. **O Secretariado-Geral assegurará a coordenação geral da execução do projeto.** Liderada pelo Secretário-Geral do Ensino Superior, a Secretaria-Geral abrigará a equipe fiduciária responsável pelo desenvolvimento e aplicação do Manual Operacional do Programa (POM) para implementação, onde serão detalhadas as políticas e procedimentos do Programa, seguindo as diretrizes do Banco Mundial. O Secretário-Geral atuará como Coordenador Geral do Programa, com o apoio de um Coordenador Adjunto do Programa, um consultor contratado especificamente para isso no âmbito do PPA. Além das reuniões regulares de planejamento e monitoramento, as responsabilidades da Secretaria-Geral serão garantir a plena integração das atividades do Programa na programação regular do MESCTI. As responsabilidades de cada um dos departamentos técnicos na Figura A1.1 serão detalhadas no POM, tais como ser incumbido de realizar todas as atividades relacionadas com as suas subcomponentes, tais como a preparação do plano operacional anual, a preparação de termos de referência, a participação em comissões de avaliação, a supervisão de consultores/obras, a apresentação de orçamentos para cobrir os custos operacionais, e contribuir para os relatórios do projeto, conforme necessário.



3. **No que diz respeito à Gestão Financeira e Compras, serão contratados especialistas para apoiar a equipa fiduciária no âmbito da Secretaria-Geral.** Os especialistas terão a dupla função de serem, em última instância, responsáveis por assegurar o cumprimento dos procedimentos do POM e do Banco Mundial, bem como pela formação do pessoal existente para poder desempenhar as suas funções de acordo com as regras do Banco Mundial. As equipas de gestão financeira e de compras do Banco Mundial em Luanda apoiarão de perto estas últimas funções.

4. **A equipa de Gestão dos Riscos Ambientais e Sociais atuará também sob a tutela do Secretariado-Geral, assegurando que a execução do projeto é materialmente coerente com os requisitos do FSE.** Um Especialista Ambiental e um Especialista em Desenvolvimento Social serão recrutados com recursos do PPA. Estes especialistas serão responsáveis por supervisionar os aspetos E&S do projeto e garantir que a implementação do projeto é materialmente consistente com os requisitos do FSE. Desempenharão também um papel crítico no apoio à conceção e implementação de um programa de capacitação de longa data para abordar as restrições de capacidade de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais (ESRM) em Angola.

5. **O Gabinete de Estudos, Planificação e Estatística (GEPE) é responsável pela implementação das Componentes 1.1 e 3.** O GEPE será responsável pela ligação com as ITT em todas as atividades relacionadas com a componente 1.1. Isso inclui supervisionar o processo de seleção dos TTIs, recrutar as empresas que serão responsáveis pelo projeto, a supervisão (incluindo planos de gestão ambiental e social) e as próprias obras. Isso inclui a elaboração e aprovação de todos os RPT relacionados para as obras, e outros insumos técnicos para a aquisição dessas atividades (em estreita colaboração com a equipa de compras). Para a Componente 3, o GEPE será responsável pela recolha, análise e divulgação de todos os dados relativos ao setor, incluindo o desenvolvimento do HEMS do setor, e por assegurar que as IES estão ligadas às IES e têm as capacidades necessárias para o operacionalizar. O GEPE também será responsável por implantar assistência técnica às IES para fortalecer suas políticas e processos e fortalecer suas capacidades de gestão.

6. **A Direção Nacional de Educação Superior (DNES) é responsável pela implementação das Componentes 1.2 e 2.2.** Para a Componente 1.2, o DNES é responsável pela introdução e execução das reformas curriculares, em colaboração com os TTI. O DNES será também responsável pelo MOU com o MED que garante aos alunos dos TTIs uma formação prática assegurada numa escola durante a sua licenciatura. Para 2.2, caberá ao DNES a realização do processo de seleção das IES beneficiárias das RBAs, de acordo com os critérios e processos estabelecidos no manual operacional. Crucial para este papel será a negociação das RBA e o acompanhamento atento da implementação para responsabilizar as instituições de ensino superior pelos resultados.

7. **O INAAREES é responsável pela implementação da Componente 2.1 e por todas as atividades associadas aos processos de acreditação e controlo de qualidade.** O Diretor-Geral do INAAREES assume a responsabilidade global pela realização das atividades relacionadas com os processos de controlo de qualidade, incluindo a definição de protocolos de autoavaliação, avaliações externas e acreditação. As ligações entre o INAAREES e a equipa fiduciária no âmbito do GS serão particularmente importantes para garantir que o POM está a ser implementado, especialmente no que diz respeito aos elementos fiduciários.

8. **O Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação (GTIC) é responsável pela implementação das Componentes 2.3 e 2.4.** Isto inclui todas as atividades relacionadas com a NREN, desde a negociação da conceção da governação da rede até à elaboração dos RPT para o estudo de viabilidade/prova de conceito, bem como a



implementação das próprias obras. Para a Componente 2.4, a implementação de atividades implicará a seleção objetiva e a priorização de atividades de acordo com o POM para conectividade digital, instalação do HEMIS e atividades associadas de capacitação do corpo docente e pessoal da IES.

9. **O Conselho Geral apoiará o desenvolvimento e a implementação do Mecanismo de Reparação de Reclamações do Projeto, especificamente para tratar reclamações relacionadas com SEA/SH e SRGBV, em ligação com o Especialista em Desenvolvimento Social.** O GRM do Projeto replicará o GRM existente alojado no MED. Será dada especial atenção à violência baseada no género relacionada com a escola (SRGBV), com base nos mecanismos e protocolos do projeto Girls' Empowerment and Learning for All (P168699). Isto inclui a formação em conhecer os seus direitos, uma campanha de comunicação em torno do GRM e a declaração de uma abordagem de tolerância zero ao GBV, com medidas de acompanhamento a nível escolar (por exemplo, pontos focais GBV escolares, materiais de comunicação, etc.). O Conselho Geral entrará em contato com o Especialista em Desenvolvimento Social e, juntos, trabalharão em estreita colaboração com o GEPE para garantir que as informações e os dados do SRGBV sejam adequadamente coletados e gerenciados para proteger os sobreviventes. Entre as ações do SRGBV sob a responsabilidade do Especialista em Desenvolvimento Social estão:

- **Informações de linha de base.** Recolher dados sobre a prevalência e natureza do SGBV nos campi das IES através de um inquérito de base.
- **Comunicação de Incidentes.** Assegurar que a direção da IES está a promover o GRM, e que são informadas de todas as queixas que estão a ser apresentadas, de acordo com os protocolos do POM.
- **Monitorização.** Realizar inquéritos regulares para avaliar a prevalência contínua do SRGBV, os resultados ou casos notificados e as perceções dos estudantes e funcionários.
- **Sensibilização e Formação.** Realizar campanhas de conscientização sobre SRGBV e oficinas de treinamento. Realizar avaliações pré e pós-avaliação da eficácia destas atividades.
- **Serviços de suporte.** Medir o uso e a eficácia do aconselhamento, assistência médica e apoio jurídico para sobreviventes do SRGBV.
- **Prestação de contas.** Publicar relatórios periódicos sobre os progressos do sistema de ensino superior no seu conjunto e os resultados de cada instituição de ensino superior, a fim de reforçar a transparência e a responsabilização.
- **Avaliação comparativa.** Compare os dados do SRGBV e os progressos entre instituições de ensino superior e com as estatísticas nacionais sobre SGBV para avaliar o desempenho de cada instituição em relação às outras.

10. **O Manual Operacional do Programa (POM) orienta a implementação de todas as intervenções em cada Componente.** O POM é estruturado por Componente do Programa, detalhando as políticas e procedimentos, funções e responsabilidades, e os resultados esperados para todas as atividades do Programa. Os capítulos específicos abrangem os tópicos de gestão financeira, contratos públicos, gestão de riscos de E&S (incluindo o Mecanismo de Reparação de Reclamações) e monitorização e avaliação globais. Além da estrutura de resultados, o capítulo M&E detalha as metodologias, frequências, fontes de dados e responsabilidades pelo cálculo de indicadores. O POM é revisto e atualizado conforme necessário, à medida que o MESCTI aprende com a experiência e corrige o curso. O POM deve ser satisfatório para o Banco e, como tal, deve ser submetido ao Banco para que não tenha objeções. É da responsabilidade do MESCTI desenvolver e fazer cumprir o POM.

**B. Plano de apoio à execução**

11. **O Apoio à Implementação já começou, realizado pelas Práticas Globais de Educação e Desenvolvimento Digital.** A equipa é liderada por membros em Luanda e Washington D.C. O pessoal é complementado por CTE e CCT, conforme necessário. Os membros da equipa fiduciária estão todos sediados em Luanda. A equipa apoia o MESCTI diariamente, tanto presencialmente, como através de apoio virtual.

12. **Globalmente, o pessoal para o apoio à execução será o seguinte (Quadro A1.1 e Quadro A1.2).** Durante os dois primeiros anos, espera-se que seja necessário um maior envolvimento em termos de gestão de M&E e finanças públicas, especificamente para estabelecer as várias avaliações e informar as reformas da GFP para permitir a evolução para modalidades de financiamento público baseadas em resultados. Será dada especial atenção às atividades de acompanhamento a nível das IES. A equipe do Banco Mundial garantirá um suporte de implementação oportuno, eficiente e eficaz ao cliente. Os quadros A1.2 e A1.3 apresentam o plano de apoio à execução e a combinação de competências necessárias para o projeto.

Quadro A1.1 Áreas de sequenciação para apoio à implementação

Hora	Em foco	Competências Necessárias	Estimativa de Recursos (Semanas de Pessoal)
Primeiros 12 meses	<ul style="list-style-type: none"> Liderança de equipas Experiência em governança/GFP Disposições institucionais Apoio às infraestruturas (incluindo para a AngoREN) Apoio e gestão fiduciária Desenho da avaliação Monitoramento e relatórios de salvaguardas de E&S 	<ul style="list-style-type: none"> Perícia técnica para avaliação, formação de professores, mecanismos de responsabilização, infraestrutura e GBV Supervisão, acompanhamento e elaboração de relatórios do projeto Formação em compras Monitoramento e relatórios de E&S Reforço das capacidades institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> Chefes de equipa: 25 Especialistas em educação/operações: 20 Especialista em GFP: 6 Adjudicação de contratos: 5 FM: 5 Ambiental: 5 Social: 5 Apoio administrativo: 10
Anos 2-5	<ul style="list-style-type: none"> Liderança de equipas Revisão técnica/suporte Apoio e gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio técnico Gestão de compras FM e apoio relacionado com o desembolso Acompanhamento e apresentação de relatórios 	<ul style="list-style-type: none"> Chefes de equipa: 90 Especialistas em educação/operações: 80



Hora	Em foco	Competências Necessárias	Estimativa de Recursos (Semanas de Pessoal)
	fiduciária <ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e relatórios de salvaguardas de E&S • Acompanhamento e apresentação de relatórios 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento e relatórios de E&S • Reforço das capacidades institucionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Especialista em GFP:25 • Adjudicação de contratos: 25 • FM: 25 • Ambiental: 25 • Social/gênero: 25 • Apoio administrativo: 30

Quadro A1.2 Combinação de competências do pessoal necessário para a equipa de trabalho

Competências Necessárias	Número de semanas do pessoal por ano	Número de Viagens	Observações
Chefes de equipa de trabalho	25	Visitas de estudo conforme necessário	Baseado em CO
Especialista em educação	20	Visitas de estudo conforme necessário	Baseado em CO
Economista da educação/ especialista em operações	10	Visitas de estudo conforme necessário	Sede ou região
Especialista em FM	6	Visitas de estudo conforme necessário	Baseado em CO
Especialista em compras	5	Visitas de estudo conforme necessário	Baseado em CO
Especialista em desenvolvimento social	4	Visitas de estudo conforme necessário	Baseado em CO
Especialista ambiental	4	Visitas de estudo conforme necessário	Baseado em CO
Especialista em GFP	6	Visitas de estudo conforme necessário	Com base na região
Especialista em gênero/GBV	5	Visitas de estudo conforme necessário	Sede ou região
Apoio administrativo	10		Baseado em CO

Nota: CO=Representação nacional; Sede = Sede

13. **Serão realizadas missões de apoio à execução pelo menos duas vezes por ano para dar seguimento às atividades.** Tal servirá como um período específico para analisar sistematicamente os progressos realizados na execução e os progressos na obtenção de resultados. No entanto, dada a facilidade das conexões virtuais e a preponderância da equipe estar baseada no escritório do país, o suporte à implementação será contínuo e não se limitará de forma alguma às missões. Memorandos, cartas de gestão e relatórios de status de implementação serão arquivados após cada missão.



ANEXO 2: Procedimentos operacionais para acordos baseados em resultados

PAÍS: Angola

Projeto de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (TEST)

1. O presente anexo descreve os principais elementos que orientarão a conceção e a aplicação dos acordos baseados nos resultados.

Critérios de elegibilidade

- As instituições de ensino superior interessadas devem ter um plano de desenvolvimento de boa qualidade, que tenha sido elaborado de forma participativa, e que seja um plano verdadeiramente transformador que procure alcançar um salto qualitativo para a instituição de ensino superior participante;
- As instituições de ensino superior interessadas devem ter criado um sistema de informação abrangente e fiável e bases de dados adequadas para permitir o cálculo e o acompanhamento dos indicadores de progresso;
- As IES interessadas devem ter processos de gestão financeira adequados e aceitáveis para o Banco;
- As instituições que não estiverem preparadas no início do projeto poderão participar da segunda onda de RBAs.

Âmbito de aplicação dos acordos

2. As RBA seriam desenvolvidas de acordo com os seguintes princípios:
- i. Objetivos de desempenho mutuamente acordados.
 - ii. Indicadores claramente definidos para medir os progressos realizados na consecução dos objetivos.
 - iii. Fontes de informação bem definidas e metodologia para o cálculo destes indicadores.
 - iv. Definição clara de recursos adicionais a serem transferidos para a universidade: montante, gatilhos e cronograma.
 - v. Regras e procedimentos para a gestão de recursos pelo Ministério e dentro de cada instituição de ensino superior beneficiária.

Seleção dos objetivos prosseguidos no contexto das RBA

3. Cada instituição de Ensino Superior participante selecionará uma combinação de objetivos alinhados ao seu Plano de Desenvolvimento Institucional, nas seguintes dimensões:

- Acesso e equidade (especialmente maior participação feminina em programas STEM e maior proporção de académicas seniores).
- Qualidade e relevância: criação de novos programas e/ou melhoria em áreas de escassez persistente e necessidades futuras (agenda nacional para a diversificação económica, transição digital, economia verde, economia azul).



- Reforço da capacidade de investigação através de uma melhor qualificação do corpo docente e da definição de futuros centros de excelência, preferencialmente de natureza interdisciplinar.
- Reforço da capacidade de transferência de tecnologia e comercialização de aplicações de investigação aplicada universitária.
- Eficiência interna para otimizar o uso de recursos e reduzir repetições e desistências.
- Modernização da governança e da gestão para aumentar a flexibilidade e a eficiência.
- Diversificação de recursos através de angariação de fundos, formação contínua, serviços, consultorias e bolsas de investigação.

Número e duração dos acordos

4. As RBA terão vigência de 3 a 4 anos, sujeitas a avaliações anuais de desempenho. Estão previstas duas ondas de RBAs. O primeiro terá início no primeiro ano do projeto, e o segundo no segundo ano do projeto. Cada fase poderia financiar 3 a 4 RBAs.

Categorias de despesas

5. As categorias de despesas elegíveis incluirão o seguinte:
- a. Consultoria
 - b. Workshops e cursos de formação
 - c. Equipamento científico, software e infraestrutura
 - d. Bolsas de estudo para formação de doutorados
 - e. Despesas de viagem

Metas e Medidas de Desempenho

6. Foram acordados indicadores pormenorizados para medir os progressos realizados na consecução dos objetivos selecionados. Os indicadores possíveis poderiam ser:

Acesso e Equidade

- Número e proporção de estudantes do sexo feminino matriculadas em programas STEM
- Proporção de mulheres académicas seniores

Qualidade e relevância

- Resultados dos inquéritos à satisfação dos estudantes
- Proporção de estudantes formados
- Taxa de emprego dos diplomados após seis meses
- Resultados dos diplomados em exames profissionais (enfermagem, medicina, contabilidade, engenharia, etc.)
- Resultados do inquérito aos empregadores
- Ligações com empregadores (participação em comissões de desenvolvimento/revisão curricular, profissionais da indústria a ensinar em universidades, número de estágios, projetos conjuntos de investigação aplicada)



Resultados da investigação e da transferência de tecnologia

- Número de publicações em revistas internacionais (número total, publicações de académicos a tempo inteiro)
- Medidas de impacto da publicação (citações, proporção de publicações no percentil superior de citações, índice-h)
- Número de patentes e licenças
- 4. Número de empresas em fase de arranque
- 5. Proporção de novos docentes com mestrado e doutorado
- Número de colaborações internacionais

Eficiência interna

- Proporção de alunos que repetem o ano
- Percentagem de estudantes que abandonam o ensino superior antes de concluírem o curso superior
- Duração média do grau em comparação com a duração teórica

Governança e gestão

- Etapas e duração do processo de recrutamento de pessoal
- Etapas e duração do processo de desembolso financeiro
- Etapas e duração dos processos de contratação
- Proporção de membros externos nos conselhos universitários
- Número de membros do pessoal que obtêm qualificações mais elevadas (mestrado ou doutoramento)
- Grau de desenvolvimento do Planeamento Estratégico

Diversificação dos recursos

7. Montante total de recursos não orçamentais angariados anualmente por fonte de financiamento (bolsas de investigação, donativos de antigos alunos/empresas/filantropos, formação contínua, bolsas de consultoria, outros serviços prestados pela universidade).

Programação

8. As regras de gestão para a afetação e utilização dos recursos disponibilizados no âmbito da RBA serão estabelecidas no MOP.

Requisitos em matéria de comunicação de dados

9. O formato e o calendário acordados para a apresentação de relatórios sobre a implementação dos acordos baseados em resultados serão estabelecidos no MOP.